

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

MISAEEL JOSÉ DE SANTANA

“O Brasil, o povo e o poder”: uma análise discursiva

Recife - PE

2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

MISAEEL JOSÉ DE SANTANA

“O Brasil, o povo e o poder”: uma análise discursiva

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Linguística.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Virgínia Leal

Co-Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Gilda Lins

(In Memoriam)

Recife - PE

2010

Santana, Misael José de

“O Brasil, o povo e o poder”: uma análise discursiva / Misael José de Santana. - Recife: O Autor, 2010.

115 folhas: il., fig.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CAC. Letras, 2010.

Inclui bibliografia

1. Análise do discurso. 2. Discursos, alocações, etc – Ciência política. 3. Ideologia. 4. Semântica. 5. Polissemia. I. Título.

401.41 CDU (2.ed.)

UFPE

801 CDD (22.ed.)

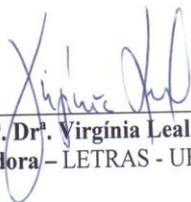
CAC2010-96

MISAEEL JOSÉ DE SANTANA

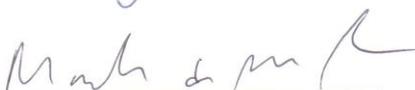
"O Brasil, o Povo e o Poder": Uma Análise Discursiva

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para a obtenção do Grau de Mestre em Linguística, em 30/6/2010.

BANCA EXAMINADORA:



Prof.^a/Dr.^a Virginia Leal
Orientadora - LETRAS - UFPE



Prof. Dr. Marlos de Barros Pessoa
LETRAS - UFPE



Prof.^a Dr.^a Maria José de Matos Luna
LETRAS - UFPE

Recife - PE
2010

A meus pais

José Francisco de Santana e Severina Fidelis de Santana

minhas referências de vida

e a quem devo toda minha formação humana

AGRADECIMENTOS

Uma dissertação é sem dúvida um trabalho que requer muita dedicação, e renúncias, mas não podemos esquecer que é um trabalho que envolve várias pessoas, as quais de forma direta ou indireta contribuíram para que ele chegasse a um produto final, e se configurasse um trabalho acadêmico, por isso agradeço:

A todos os colegas: Sônia, Irenilda, Edigar, Daniel, Marcelo, Claudio, Júlia, Carla, Adriano, Ludmila, Thais, Nelivaldo, Margareth, Alfredina, Xênia, Júlio Cesar, Maria Aldenora, com os quais tive o privilégio de compartilhar conhecimentos, teorias, e situações de aprendizagem real, confirmando a importância da pesquisa acadêmica;

À Coordenação do Programa de Pós-graduação em Letras da UFPE, nas pessoas da Prof^ª. Doutora Angela Dionisio e Prof. Doutor Anco Márcio;

Aos professores do PPGL Gilda Lins, Virgínia Leal, Cristina Sampaio, Stella Telles, Marlos Pessoa, Nelly Carvalho, Kazue Saito, Antonio Carlos Xavier e Judith Hoffnagel, exemplos de profissionalismo e compromisso científico;

À Prof^ª. Doutora Maria José de Matos Luna, sempre atenciosa e pronta para ajudar-me, especialmente por ocasião da Pré-banca pelas valorosas sugestões;

À minha orientadora Prof. Dr^ª. Virgínia Leal, pela orientação, por conceder-me um voto de confiança, e especialmente por ter me amparado no momento mais difícil do curso;

À Prof^ª. Doutora Gilda Maria Lins de Araujo (*in Memoriam*), que iniciou as primeiras orientações desta dissertação. Incansável incentivadora em todos os momentos de minha vida acadêmica, seu maior legado deixado sem dúvida foi sua humildade e sua humanidade, por que antes de sermos alunos, acadêmicos, pesquisadores, orientandos, somos seres humanos. Adiante;

À Fátima, Assistente de Direção do CAC, pelo incentivo e pelo apoio durante todo caminho percorrido no mestrado e, em especial no curso de Especialização em Linguística Aplicada ao Ensino de Língua Portuguesa, do qual foi secretária;

Aos funcionários da Editora Universitária, pelo respeito e atenção;

A Luiz Claudio Arraes de Alencar, por disponibilizar material de pesquisa sobre a vida do Dr. Miguel Arraes;

À jornalista Tereza Rozowikwiat, pelas informações fornecidas em entrevista;

À Carla Arraes, Administradora do Palácio do Campo das Princesas, pelo valioso acervo cedido para pesquisa;

À minha família, em especial meus irmãos Milton e Marques, amigos e colegas, à Verônica Simões, Audinar Barros, Carmem Couto, Salvio Farias, Ana Melo, Johnny Martins, Roberto Damasceno, Cíntia e Louzard Vasconcelos, Alice Santos, Tânia Cassiano, Cristina Sena, Anny, a todos obrigado pelo apoio incondicional.

SENTIMENTO DO MUNDO

Tenho apenas duas mãos
e o sentimento do mundo,
mas estou cheio de escravos,
minhas lembranças escorrem
e o corpo transige
na confluência do amor.

Quando me levantar, o céu
estará morto e saqueado,
eu mesmo estarei morto,
morto meu desejo, morto
o pântano sem acordes.

Os camaradas não disseram
que havia uma guerra
e era necessário
trazer fogo e alimento.
Sinto-me disperso,
anterior a fronteiras,
humildemente vos peço
que me perdoeis.

Quando os corpos passarem,
eu ficarei sozinho
desfiando a recordação
do sineiro, da viúva e do microcopista
que habitavam a barraca
e não foram encontrados
ao amanhecer

esse amanhecer
mais noite que a noite.

Carlos Drummond de Andrade.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo explicar algumas estratégias no uso do vocábulo povo presentes no discurso político de Miguel Arraes, em especial na obra **O Brasil, o povo e o poder**. O *corpus* foi analisado partindo de estudos sobre mecanismos parafrásticos e polissêmicos de constituição do discurso, entre outros fenômenos discursivos responsáveis pela produção de efeitos de sentido. Em **O Brasil, o povo e o poder** realizamos recortes que focalizaram especialmente temas como: Movimento Popular, Golpe de Estado de 1964, e o Regime Militar. Como base teórica, este estudo teve a Análise do Discurso Francesa, através das contribuições de analistas filiados a diferentes perspectivas teórico-metodológicas tais como Michel Pêcheux e Patrick Charaudeau. Em relação a analistas brasileiros, recorremos a Eni Orlandi. Quanto às noções de ideologia, este estudo amparou-se em Marilena Chauí e José Luiz Fiorin. Nesse sentido, as teorias linguístico-discursivas ligadas aos autores aqui citados foram imprescindíveis para a compreensão do funcionamento discursivo da obra de Miguel Arraes, situada histórica e socialmente em um momento especial da construção política do Brasil. As análises empreendidas mostraram de que modo são construídos os discursos de forma ou a conter ou a romper com os sentidos já estabelecidos (os pré-construídos), gerando uma cadeia de relações interdiscursivas.

Palavras-chave: discurso político; ideologia; mecanismos parafrásticos e polissêmicos.

ABSTRACT

This thesis aims to describe and explain some discursive strategies within Miguel Arraes's political discourse, especially in his work *Brazil, the people and the power*. The analysis of the *corpus* was based on studies of paraphrastic and polysemic mechanisms of speech constitution, among other phenomena responsible for the discursive production of meaning. A selection of fragments of *Brazil, the people the power* was undertaken in order to focus especially on topics such as: the popular movement, Coup d'État of 1964, and the military regime. As a theoretical basis, this research included the French Discourse Analysis by the contributions of analysts affiliated with different theoretical and methodological perspectives, such as Pêcheux and Patrick Charaudeau. Among the Brazilian analysts, we resorted to Orlandi's ideas. This study resorted also to Chauí's and Fiorin's notions about ideology. The linguistic and discursive theories related to the authors mentioned here have been essential to the interpretation of the discursive operation of Miguel Arraes' work, historically and socially situated in a special moment in the political development of Brazil. The analysis undertaken in this thesis has shown how the discourses are built in a way whether to contain or to break up the meanings already established (pre-built), creating a chain of interdiscursive relationships.

Keywords: political discourse, ideology, paraphrastic and polysemic mechanisms.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAD – Análise Automática do Discurso

ADF – Análise Discurso Francesa

AD – Análise do Discurso

AD 1 – Análise Discurso Primeira Fase

AD 2 – Análise Discurso Segunda Fase

AD 3 – Análise Discurso Terceira fase

AI – Ato Institucional

FD – Formação Discursiva

FI – Formação Ideológica

IAA – Instituto do Álcool e do Açúcar

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PFL – Partido da Frente Liberal

PMDB – Partido Do Movimento Democrático Brasileiro

PSB – Partido Social Brasileiro

PSD- Partido Social Democrata

PST – Partido Social Trabalhista

UDN – União Democrática Nacional

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1	22
Imagem 2.....	24
Imagem 3.....	25
Imagem 4.....	33
Imagem 5.....	34
Imagem 6.....	35
Imagem 7.....	36
Imagem 8	36

SUMÁRIO

RESUMO.....	9
ABSTRACT.....	10
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	11
LISTA DE IMAGENS.....	12
CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	15
CAPÍTULO 1. VIDA E OBRA DE MIGUEL ARRAES DE ALENCAR: do sertão do Araripe a governador de Pernambuco.....	20
1. Trajetória do homem e do político.....	21
1.1 Entre a política e as letras.....	26
1.2 Contexto histórico à margem do discurso político de Miguel Arraes.....	29
1.2.1 Arraes e os camponeses	31
1.2.2 O golpe e suas implicações	32
1.2.3 Os decretos do governo militar	37
CAPÍTULO 2. ANCORANDO EM UM PORTO DE TEORIAS IDEOLÓGICAS E DISCURSIVAS.....	39
2. Algumas concepções de Ideologia.....	40
2.1 A ideologia na perspectiva de Chauí.....	40
2.1.2 A ideologia na perspectiva de Fiorin	45
2.2 Análise do Discurso.....	49
2.2.1 As fases da Análise do Discurso Francesa.....	53
2.2.1.1 AD – 1: O nascimento de um dispositivo de análise discursiva.....	53

2.2.1.2 AD – 2: Uma releitura das noções de discurso, sujeito, história e ideologia.....	55
2.2.1.3 AD – 3: Novas perspectivas para a AD.....	56
2.3 Formação Discursiva.....	57
2.4 Discurso Político.....	62
2.5 Introdução à palavra como unidade léxica.....	66
CAPÍTULO 3. ASPECTOS METODOLÓGICOS E ANÁLISE.....	71
3. Aspectos Metodológicos e Análise.....	72
3.1 Análise de Dados.....	75
3.1.1 Primeira etapa de análise: “Movimento Popular”.....	79
3.1.2 Segunda etapa de análise: “O Golpe de Estado de 1964”.....	92
3.1.3 Terceira etapa de análise: “O Regime Militar”.....	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
BIBLIOGRAFIA.....	112

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

“*O discurso tem uma relação íntima com a linguagem*”. Assim destaca Fiorin (2007), que vê a linguagem atrelada ao discurso como objetivo de vincular-se a fenômenos sociais, nesse sentido, é possível refletir sobre alguns aspectos, tais como a relação de sentidos dos vocábulos selecionados para análise nesta dissertação. Para tanto, consideramos o processo polissêmico e parafrástico, e a constituição ideológica, responsáveis pelo significado dos vocábulos no discurso.

Falar sobre linguagem é remeter-se à realidade e compreensão dos símbolos, que permeiam o discurso, permitindo refletir sobre a constituição dos significados do léxico, usado “intencionalmente” para compor a legitimidade das informações, que em sua essência é planejada visando o que o destinatário deseja ouvir.

Para Orlandi (2007), é importante frisar que a linguagem é uma mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social, elementos essenciais para entender o discurso, uma vez que é através do vocábulo escolhido especialmente do discurso político que, pretendemos verificar os processos de construção ideológica.

Ao se expressar através da linguagem, e com ela, uma dada comunidade de falantes organiza os sentidos que são atribuídos nos textos. Os vocábulos não são empregados para uma mera significação, eles são localizados em um espaço de tempo, em uma situação social, mostrando uma forma de pensar, um comportamento, uma tendência seja ela política ou não.

Dessa forma, podemos localizar os vocábulos em contextos sociais e históricos, como por exemplo, o golpe militar de 1964. Esse período específico possui um conjunto de itens lexicais que o caracteriza, e ao longo dessa dissertação veremos como esses itens podem ser compreendidos.

Partindo dessa concepção, Orlandi (2007) afirma que o discurso ultrapassa o limite de um enunciado fundamental, e sua análise tem como unidade não os elementos que compõem o enunciado, mas o próprio enunciado.

Como vimos, o discurso aponta outros elementos que juntos aproximam o interlocutor a sua compreensão, e esses elementos podem ser entendidos se explorados pela Análise do Discurso Francesa, pois esse aparato teórico responde a questionamentos no tocante ao dispositivo e à análise propriamente dita.

Para perceber a relação do discurso do locutor com suas ações políticas, adiantamos que Arraes integrou o cenário político da esquerda brasileira, tendo como bandeira a luta em favor do povo.

Com um discurso de extrema esquerda Arraes escreveu uma parte do capítulo da política da nação. Considerado um líder, não por presidir o Partido Socialista Brasileiro (PSB) nacional, partido ao qual se afiliara em 1990, nem meramente por administrar o Estado de Pernambuco por três mandatos, mas principalmente, como afirma o ex-Senador Cristovam Buarque em entrevista cedida a **Revista Continente** (2007), pelas suas ações políticas, as quais foram publicadas em forma de livros e artigos, sobre as reivindicações dos camponeses no tocante à reforma no campo, o golpe militar de 1964, economia e o regime militar.

Suas ações repercutiram em todo o Brasil, entre as quais destacamos a reforma no campo, que concedia igualdade trabalhista para os trabalhadores rurais e da cidade. Como essas ações rapidamente se tornaram conhecidas em todo país, os estados que ainda não haviam começado suas reformas foram pressionados a fazê-la.

Com esta pesquisa, objetivamos contribuir para o estudo do discurso político, focalizando elementos essenciais como a relação de sentidos dos vocábulos no discurso e a ideologia, aspectos determinantes para compreender as possibilidades de significados que encontramos no texto político.

O objetivo primordial desta dissertação é analisar como o sentido dos vocábulos é construído e contextualizado, considerando a formação ideológica, que segundo Orlandi (2007) estabelece estabilidade e regularidade ao discurso. Além disso, o vocábulo terá seus estratos de significação abordados pelos processos polissêmicos e parafrásticos.

Nossas hipóteses resultam de uma pesquisa motivada pela constatação de que o discurso político de Miguel Arraes esteja voltado para a constituição de sentidos atribuídos aos vocábulos no discurso, onde o locutor é um “eu” e o interlocutor um “tu”. Segundo

Brandão (2007), essa relação do locutor com o interlocutor é elemento importante para definir as possibilidades de significados das palavras.

A escolha da Análise do Discurso como base teórica para este trabalho se deu por a mesma responder questões pertinentes ao contexto histórico, à linguagem e à ideologia, pois para analisar o discurso passamos por todas essas instâncias buscando compreender o que o locutor disse e o que ele deixou de dizer expressamente no discurso.

Há alguns elementos trazidos pela AD que compõem parte do aparato teórico, a ideologia, por exemplo, é um deles, sendo responsável na AD pelo tratamento concedido ao pensamento histórico de uma época específica, haja vista que a ideologia pesquisada para esse trabalho está pautada nas leituras de Chauí (2008), onde a força de trabalho é o mote que rege esta relação “capitalista”¹, pois o que é vendido é a força de trabalho, e não as horas trabalhadas.

É diante dessa perspectiva que nos propomos a refletir sobre a análise de discurso político numa abordagem linguístico-discursiva, essencial para entender as instâncias do funcionamento do poder político, instaurados no discurso, que segundo Charaudeau (2006) é fundamentado no pensamento ideológico, nas ações políticas e no raciocínio lógico que caracterizam os ditos posicionamentos.

Ainda segundo Charaudeau (2006), o discurso político pode ser abordado como um sistema de pensamento resultante de uma atividade discursiva que procura fundar um ideal político em função de princípios que devem servir de referência para a construção de opiniões. Em outra perspectiva, o discurso político é visto como um ato de comunicação e refere-se aos atores que participam da ação política que visa a influenciar as opiniões dos interlocutores. E ainda o discurso pode ser visto como comentário, que não está diretamente voltado para um fim político. Vejamos como isso é tratado pelo autor:

Os discursos políticos podem ser verificados dentro do governo correspondendo a um desafio de ação no qual a palavra política se faz performativa para poder governar com os parceiros diversos, mas o discurso político também fora do governo.(2006, p. 45)

¹ Grifo do autor. Aqui a relação de força capitalista merece destaque por se remeter a um senhor e a um não senhor, representando o patrão e o empregado.

Para a análise do discurso, e em especial o político, a ideologia é vista como uma das ferramentas mais importantes, pois possibilita-nos encontrar as relações interdiscursivas da materialidade do discurso, visando a verificar os possíveis efeitos de sentidos nele produzidos.

Entendemos que esta proposta teórica é imprescindível para entendermos os sentidos dos vocábulos selecionados no discurso político, além disso, nos fornece elementos para analisar o discurso, dialogando com a história, com o social e com o ideológico.

Visto essa etapa de nosso trabalho, apresentamos essa dissertação em três capítulos. No primeiro, mostraremos o contexto histórico do discurso do locutor e abordaremos a trajetória do homem e do político; Arraes entre a política e as letras; acontecimentos políticos no entorno de seu discurso; os decretos do governo militar; sua luta ao lado dos camponeses e o golpe e suas implicações.

No segundo capítulo, discorreremos sobre a Análise de Discurso Francesa, apresentando o aparato teórico que norteia a análise deste corpus, desde Seus fundamentos até às fases. Para tanto, nos pautamos nas contribuições de Michel Pêcheux (1988-1990), e de Orlandi (2007), como representante brasileira da ADF. Para teorizar sobre ideologia partimos da filósofa Marilena Chauí (2008) e do linguísta José Luiz Fiorin (2007); para teorizar sobre o discurso político nos ancoramos em Charaudeau (2006); e por fim, para teorizar sobre o “vocábulo” partimos dos estudos de Biderman (2001).

No terceiro capítulo, teremos as orientações metodológicas apresentando o dispositivo de análise de forma detalhada mostrando passo a passo como foi realizada a análise léxico ideológica do vocábulo POVO no discurso político de Miguel Arraes; e a análise de dados, organizada em três etapas para sistematizar a análise da seleção vocabular nos recortes do discurso do locutor, uma vez que os fragmentos estão inseridos em subconjuntos que integram as categorias do discurso.

Por fim, apresentaremos as considerações finais acerca da análise realizada nesta dissertação, assim como suas contribuições para os estudos linguístico-discursivos verificando as possibilidades de significação que os vocábulos analisados possam apresentar.

CAPÍTULO 1

VIDA E OBRA DE MIGUEL ARRAES DE ALENCAR: do sertão do Araripe a governador de Pernambuco

Este capítulo propõe-se a discorrer sobre a vida e obra de Miguel Arraes, mostrando a trajetória do homem, como também o nascimento do político. Mas também serão abordadas algumas obras, e em especial *“O Brasil, o povo e o poder”*, analisada nesta dissertação para verificar como se constitui ideologicamente os vocábulos no discurso político do ex-governador. Para tanto, serão observados os momentos histórico e social que compreendem o primeiro governo de Arraes até o AI – 5, ou seja, de 1963 a 1969. Apresentaremos informações sobre sua vida pessoal e política, sua relação com o homem do campo, o Golpe e suas implicações, e os Atos Institucionais.

1. Trajetória do Homem e do Político

Nascido em 15 de dezembro de 1916, em Araripe, município sertanejo do Ceará Miguel Arraes de Alencar concluiu seus estudos secundários e ingressou aos 16 anos de idade na Faculdade de Direito, no Rio de Janeiro, então capital federal.

Em seguida vem ao Recife para submeter-se ao concurso para o cargo de escriturário do Instituto do Alcool e do Açúcar (IAA). Classificado, mas com 17 anos, é nomeado para estágio probatório, sob a condição de exercer as funções com assiduidade e prestar o serviço militar obrigatório.

Durante sua passagem pelo serviço militar no Tiro de Guerra, conhece seu instrutor o Sargento e mais adiante o histórico líder comunista, Gregório Bezerra, selada uma amizade que futuramente lhe renderia o título de comunista, pois Gregório era um atuante militante comunista e sua boa relação com Arraes levou os militares a afirmarem que o ex-governador era comunista também. Em 1937 diplomou-se em Ciências Jurídicas e Sociais, em seguida foi nomeado assessor do diretor de Fiscalização do IAA, pelo presidente Barbosa Lima Sobrinho – que seria governador de Pernambuco - , a quem não conhecia. Arraes estava diante de um dos responsáveis pela sua estréia na política.

Tentando estreitar suas relações no IAA, submete-se a novo concurso, agora para os cargos de procurador e economista, sendo aprovado para ambos, porém, é reclassificado para o cargo de economista, diante das qualidades apresentadas de administrador e ocupa os cargos

de Diretor da secretaria geral do IAA, no Rio de Janeiro, e de delegado desse mesmo órgão em Pernambuco. Seu bom desempenho nesses cargos lhe rende indicação para assumir uma secretaria no governo de Pernambuco sendo nomeado Secretário da Fazenda pelo governador Barbosa Lima Sobrinho Partido Socialista Democrático (PSD). Arraes ocupou o cargo até o início dos anos 50; no mesmo ano renunciou ao cargo para candidatar-se a Deputado Estadual ficando na suplência, elegendo-se nas eleições seguintes pelo (PSD) assumindo o cargo em 1958.

No ano seguinte, é nomeado novamente secretário da Fazenda de Pernambuco, pelo governador Cid Sampaio União Democrática Nacional (UDN); deixa o cargo no mesmo ano para candidatar-se à prefeitura do Recife, pela Frente Popular, a união de partidos de esquerda que havia dado vitória a Pelópidas da Silveira. Eleito prefeito da Capital, Arraes toma posse em 15 de dezembro de 1959 e exerce seu mandato até 1962, quando saí para se candidatar e vencer as eleições a governador de Pernambuco, pelo Partido Social Trabalhista (PST), derrotando o usineiro João Cleofas (UDN).

Imagem. 01



<http://www.estadao.com.br/fotos> - Acesso em 15.11.200

Foto: Carnaval da Vitória da Campanha de 1962 de Miguel Arraes ao Governo de Pernambuco.

Eleito governador de Pernambuco Arraes realiza um modelo de gestão priorizando ações que beneficiariam às camadas da população mais carente. Nesse sentido, implanta programas políticos em prol do povo, que mais adiante consolidaria seu governo.

Durante o período que permaneceu no poder despertou a ira de seus adversários políticos, grande parte deles eram usineiros, donos de fazendas e Coronéis que se beneficiavam da mão de obra dos camponeses. Para tentar minimizar a exploração da mão de obra dos camponeses Arraes se prontificou em desenvolver políticas de governo que os atendessem também, para que ela alcançasse seus objetivos.

Além disso, destacamos também as ações voltadas para a educação apoiadas por Paulo Freire, seu secretário de educação, trabalhando nos morros e alagados alfabetizando a população carente.

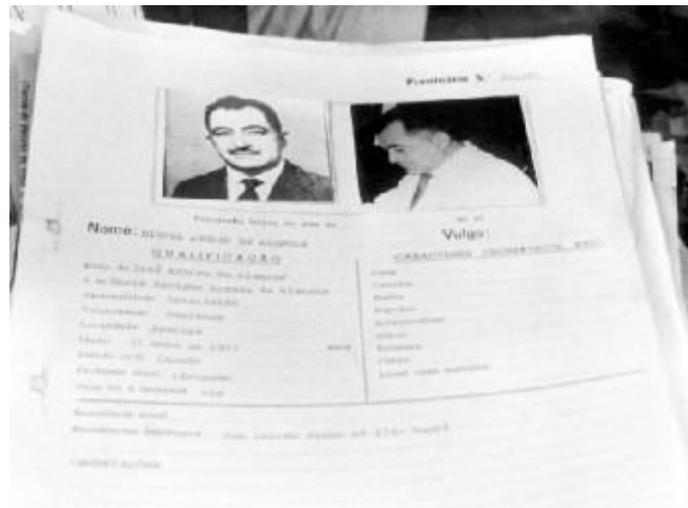
Essas ações de gestão que beneficiavam em sua maioria a massa da população foram um dos fatores que fizeram os militares considerarem Arraes um dos líderes políticos que mais representava perigo, simplesmente pelo fato de ter o povo em seu favor.

Conjuntamente a esses acontecimentos também somamos o apoio do ex governador à legitimidade do mandato de Jango, Presidente da República, decisão que o colocaria de lado oposto aos militares, que eram declaradamente contra.

Nessa conjuntura, em 1º de abril de 1964, é deposto e preso, demitido do cargo do IAA e perde os direitos políticos, pelo golpe militar. Depois das prisões no Recife, na Ilha de Fernando de Noronha, no Corpo de Bombeiros do Recife e no Rio de Janeiro, consegue asilo político na Argélia; julgado, chega a ser posteriormente condenado pela ditadura a 23 anos de prisão, sob a acusação de crimes contra a segurança nacional.

Acusado de revolucionário, incendiário e comunista, manteve relações com dirigentes e militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) além de apoiar a organização dos trabalhadores urbanos e rurais, isso fez seus inimigos políticos acusarem-no, endossando ainda mais a decisão dos militares de julgá-lo e condená-lo, pois Arraes representava uma ameaça aos militares.

Imagem. 2



Arraes foi fichado no Departamento de Ordem Política e Social, o Dops.

<http://www.estadao.com.br/fotos> - Acesso em 15.11.2009

Exilado na Argélia, país da África, recém libertada do domínio francês, Arraes mantém-se em intensa atividade política. Fez contato com exilados brasileiros e estrangeiros, e foi permanentemente informado sobre o Brasil, e isso levou os militares brasileiros a acusá-lo de conspirar no exterior chegando a ser proibido de entrar na França.

Com a abertura do regime e a anistia política, retorna ao Brasil – sendo recepcionado no aeroporto do Rio de Janeiro – e em Pernambuco, onde é recebido com entusiasmo por correligionários no Aeroporto dos Guararapes e saudado por 50 mil pessoas em comício no bairro de Santo Amaro, Arraes realiza discurso ao lado de algumas das principais lideranças da esquerda brasileira. Ao se pronunciar em meio à multidão o ex-governador discursa, ancorado também nas experiências que adquirira, durante o exílio, na luta pela libertação de países africanos como Angola, Moçambique, e Guiné Bissau.

Imagem. 03



Miguel Arraes chega ao Brasil após 15 anos de exílio – 1979

<http://www.estadao.com.br/fotos> - Acesso em 15.11.2009

De volta ao Brasil, filiou-se ao partido da resistência Movimento Democrático Brasileiro (MDB), depois denominado PMDB. Nas eleições seguintes é preterido como governador, pelo partido que opta pelo Senador Marcos Freire, nas primeiras eleições após a anistia. Em seguida, o ex-governador disputa mais uma eleição e é eleito o deputado federal mais votado do Nordeste, com 192 mil votos.

Usufruindo de um grande índice de popularidade, chega a vez de retornar ao governo de Pernambuco. Foi indicado pelo partido, e eleito, derrotando o usineiro José Múcio, do PDS, exercendo o cargo de 1987 a 1990. Ao terminar seu mandato de governador, disputa uma vaga na Câmara Federal, sendo eleito o deputado federal mais votado do Brasil, com 339.158 votos, número suficiente para eleger mais quatro federais pelo seu partido o PSB, em uma chapa proporcional de esquerda, que acabou afastando-o politicamente de parte de aliados históricos opositoristas do regime militar, que se sentiam prejudicados por não conseguirem a reeleição à Câmara.

Disputou pela terceira vez o governo de Pernambuco, sendo novamente eleito, derrotando o ex-prefeito do Recife e ex-governador do Estado, Gustavo Krause (PFL), exercendo mandato de 1995 a 1998. Candidato a reeleição, é derrotado pelo ex-aliado Jarbas

Vasconcelos (PMDB). Em 2002, é novamente eleito deputado federal por Pernambuco, ficando entre os mais votados, com mais de 180 mil votos.

O encerramento desse ciclo político e de vida de Miguel Arraes se deu em 13 de agosto de 2005. Declaradamente um político de esquerda, o ex-governador além de sua atuação política deixa também importantes documentos, alguns deles publicados, e de grande relevância para Pernambuco e para o Brasil.

1.1 Entre a política e as letras

Arraes era leitor de Chomsky, de José Luiz Fiorin, de Marx, de Engels, de Sartre, para citar apenas alguns dos escritores que faziam parte de sua biblioteca, essas foram algumas das leituras do ex-governador, que procurava manter-se informado, não apenas no cenário político local e nacional, mas também sobre ciência, tecnologia e educação.

Segundo o ex-deputado federal Cristovam Buarque (2007, p. 49), Arraes possui um conjunto de obras escritas de impacto local e nacional, que mostram toda uma conjuntura da política de esquerda brasileira. Dos livros que publicou abordaremos, com exceção de “*O Brasil, o povo e o poder*”, foram publicados em 2006, pela Fundação João Mangabeira.

Entre as obras de Arraes podemos citar: “*O Brasil, o povo e o poder*” – 1969 (1ª edição), “*O jogo do poder no Brasil*”, “*Brasil a questão nacional*”, “*A mentira como arma eleitoral. O caso dos precatórios em Pernambuco*”, “*A nova face da ditadura brasileira*”, “*A etapa atual da luta democrática e popular*”, e “*A reestruturação do PSB*”.

No livro “*O Brasil, o povo e o poder*”, o autor analisou desde a colonização brasileira, passando pela República Velha, pela Revolução de 1930, o período de redemocratização em 1945, o período Vargas, o golpe militar de 1964 e o AI 5, mostrando aspectos da economia e a influência do capital estrangeiro.

Em “*O Jogo do Poder no Brasil*”, o ex-governador fala do impasse político que afeta a vida do país, na sua globalidade. Segundo Arraes, seria inútil separar esses impasses na esperança de que as coisas melhor se resolveriam cuidando de cada plano a seu tempo. Dessa forma, a cultura, a economia, o social, a política, o militar, formavam um todo indivisível redirecionando a vida nacional que exigia entender o entrelaçamento de aspectos políticos

correspondendo muitas vezes a um jogo imposto pelos defensores com a finalidade de evitar que as questões centrais sejam colocadas. Destacou também as medidas diversionistas tomadas para impedir a formação de um movimento de opinião que se lançou na luta pela mudança da situação como um todo.

Já na obra *“Brasil a questão nacional”*, retoma fatores importantes da ditadura, procurando demonstrar que estávamos saindo do mundo dos subdesenvolvidos. Arraes afirma que essa tese não é destinada apenas a entreter a ação dos governantes do momento, nela está assentado o arcabouço ideológico do sistema de dominação e, em consequência, a política do regime. Ainda segundo o ex-governador, ressalta-se o crescimento da produção industrial, a construção de estradas e os meios de comunicação, os quais tiveram investimentos estratégicos, para mostrar que o país estava em pleno desenvolvimento.

No documento intitulado *“A Mentira como Arma Eleitoral. O Caso dos Precatórios em Pernambuco”*, publicado postumamente, Arraes relata o processo sobre a emissão das Letras Financeiras de Pernambuco, explica como se deu o despacho jurídico, relata também os fins políticos desse processo, que segundo o ex-governador era meramente para ser utilizado para fins eleitoreiros, ressalta a ligação entre o procurador-geral Dr. Geraldo Brindeiro com o ex-vice presidente da República Marcos Maciel - o qual o indicou para o cargo -, e ligado diretamente ao ex-governador Jarbas Vasconcelos maior adversário político de Arraes.

Em *“A etapa atual da luta democrática e popular”*, há um olhar sobre a gestão do ex-presidente Getúlio Vargas, tendo a criação da Petrobras, da Eletrobrás e do BNDS como um dos pilares deste livro, além disso, falou dos fatores que levaram Vargas ao suicídio, seus supostos erros ou crimes, que segundo Arraes, jamais comprovados, foram fatos insignificantes diante dos resultados obtidos na exploração do petróleo, sem o qual o Brasil não chegaria a situação em que se encontra. Outros temas importantes foram os governos de Juscelino Kubitschek e de Jânio Quadros, e uma breve análise do governo Fernando Henrique Cardoso e da repercussão da campanha do governo Lula.

Já em *“A Reestruturação do PSB”*, apresentou uma profunda análise sobre os resultados alcançados por esse partido nas eleições de 2002, identificando o que houve de positivo e de negativo. Arraes aponta que de positivo foi a eleição de quatro governadores, o aumento do número de parlamentares e a divulgação do programa do partido; e de negativo, as manifestações divisionárias, os erros e as deficiências da campanha, além disso, ressalta

também que o PSB foi a primeira força política do Brasil nos últimos dez anos a tratar de problemas como a exclusão social, que segundo o ex-governador, esse é um fenômeno inerente ao sistema capitalista, mas que, na atual fase, atingiu um número elevado de pessoas, e ainda avalia o acesso da grande parte da população ao trabalho e à educação.

Entre suas obras destacamos “*O Brasil, o povo e o poder*”, escrito durante o exílio e publicado em 1969 com primeira edição em francês. Aqui o ex-governador traçou a geografia da economia, da história e da política, relatando o que acontecia em Pernambuco e no Brasil. Dividido em oito capítulos temáticos, organizados cronologicamente, a obra está apresentada didaticamente da seguinte forma:

Em um primeiro momento, Arraes analisa a colonização brasileira, os tratados entre Portugal e Inglaterra, que tinham como objetivo precípuo a divisão e a subordinação aos interesses daquelas nações. Percebeu, com muita propriedade de conhecimento, como se deu a oferta, para o Brasil, dos empréstimos financeiros que a Inglaterra praticava naquele período com a anuência do Imperador D. Pedro I: era o mercantilismo colonial frente ao sistema capitalista.

Em um segundo momento, ao tratar da República Velha, observa como os plantadores de café controlavam a política econômica com a anuência do poder central, para quem garantiam a estabilidade, pois o poder no Brasil tinha uma relação estreita com os proprietários rurais. Outros setores encontravam no sistema federal a garantia dos seus interesses institucionalizados nos centros regionais do poder político, registrou ainda o papel do capital financeiro e denunciou como o aumento da produção foi realizado sem melhorias a nível tecnológico.

Em um terceiro momento, fala da revolução de 1930 e do governo Vargas. Para Arraes, Vargas realiza uma política de enfrentamento ao imperialismo, suspendendo o pagamento da dívida externa e repudia a maior parte da dívida pública. Analisa as atividades econômicas do pólo urbano industrial, do pólo agrário latifundiário e suas relações com o capital estrangeiro.

No capítulo IV, o ex-governador situa o leitor nos movimentos sociais do país, discutindo os mesmos problemas nacionais com encaminhamentos de soluções divergentes, Arraes salienta ainda que, entre a burguesia e o capital estrangeiro os temas não eram diferentes, as soluções iam numa direção contrária aos interesses da população brasileira:

reforma agrária, reforma universitária, controle de remessas de lucros para o estrangeiro, sindicalização dos setores do campo, salários e a dívida externa.

No capítulo V, dedicou suas reflexões ao Golpe de Estado de 1964, em sua opinião resultado de dupla incapacidade: a de Goulart de governar o país e opor-se as manobras reacionárias e a das forças populares incapazes de um entendimento para chegar a uma ação comum. Para explicar o golpe de 1964, Arraes apresentou os seguintes fatores: a burguesia brasileira estava dividida em duas correntes que disputavam o domínio das forças de produção e o controle do Estado. Uma parte da burguesia, a desenvolvimentista, precisava do apoio do Estado, e a outra, mais ligada ao capital financeiro, colaborava com o capital estrangeiro. Além disso, aborda questões sobre a redemocratização do país em 1945, onde trabalhadores e estudantes organizaram-se em nível nacional e constituíram-se em uma nova força. Outro aspecto importante foram os movimentos sociais do país, discutindo os mesmos problemas nacionais com encaminhamentos de soluções divergentes

No capítulo VI, ocupou-se do Regime Militar e analisa a dominação da burguesia, sua aliança com o imperialismo e descreve sucintamente a repressão policial. Recorre à história lembrando-se de movimentos de libertação como a Confederação do Equador, Canudos e o Condestado, explicando como esses movimentos surgiram em regiões periféricas.

Nos capítulos VII e VIII, ele demonstra como o movimento popular tinha estratégias diferentes, depois do golpe para combatê-lo faltava então uma ação coordenadora ou algo que fizesse uma ligação entre as várias correntes que se opunham ao poder discriminatório no país e que levasse a luta pela libertação, e mais adiante, relata os acontecimentos no Brasil no tocante ao combate à ditadura militar, e a propor um programa mínimo a todas as oposições.

1.2 Contexto histórico à margem do discurso político de Miguel Arraes

Nunca me preocupei com rótulos. O rótulo de radical, conciliador, não tem sentido nenhum para mim, como não tinha sentido me chamarem de comunista no passado. O que importa é a prática política: o que importa são os posicionamentos que se tomam ao lado de determinadas camadas sociais em defesa de teses que interessam a nação como um todo.”

Miguel Arraes, 1983

O contexto político da década de 60 mostrou-se como o período de grandes mudanças políticas, econômicas e sociais, pois o país sofria com a interferência dos militares nesses setores, e a ação deles tinha um fim específico que era tomar o poder e governar o país.

Partindo das leituras de Rocha (2007, p. 21), a década de 60 apresentou-se para o mundo inserida no contexto da guerra fria, quando dois blocos econômicos e políticos, E.U.A e URSS, representantes, respectivamente do bloco capitalista e do bloco socialista, influenciaram diretamente e impuseram a sua hegemonia nas decisões das áreas periféricas. A entrada do capital estrangeiro no país favoreceu apenas os estrangeiros; a autora afirma ainda que antes do golpe militar é a equipe de administradores, gerentes e técnicos que constituem a reação burguesa contra a crescente influência das forças populares.

Vejamos o que Rocha (2007, p. 21) nos afirma:

A tomada de poder pelos militares em março de 1964 é conseqüência de uma crise institucional política e econômica criadora de um clima de insegurança em diversos setores da sociedade. A crise econômica somada à renúncia do então presidente Jânio Quadros desencadearam uma série de crises políticas no cenário nacional até o golpe militar de 64.

Com a renúncia de Jânio Quadros, João Goulart assumiu a presidência do país sob a reprovação dos militares, com isso uma crise política se instaura, pois Goulart era apontado como o político que mais se aproximava de Vargas, e para os militares era inviável ter outro presidente populista.

Segundo Skidmore (1992, p.250 apud ROCHA 2007, p.22), a renúncia do presidente foi rapidamente executada pelos políticos do PSD, que controlavam o Congresso, pois a crise se desenrolou, a seguir, no seguinte dilema: João Goulart, o presumível herdeiro da política tradicional de Vargas, poderia ou não ocupar o Palácio da Alvorada em Brasília. A legalidade e o mandato de Jango se deram sob pressão para a sua não permanência na presidência da república, por militares, e pela ala de políticos mais conservadores do país, pois esses dois grupos não o aceitavam, uma vez que João Goulart era o vice-presidente e afiliado ao PTB.

Visto isso, reafirmamos o que Rocha expõe em sua dissertação no tocante às dificuldades enfrentadas por Goulart para governar o Brasil, pois diante das pressões que vão desde a esquerda, que não se entendia com o governo, exigindo uma posição mais enérgica, a postura da direita, que buscou radicalização, apelando para o perigo e a ameaça comunista.

1.2.1 Arraes e os Camponeses

Partindo das leituras de Andrade (2004, p.41), destacamos a importância da atuação do ex-governador em favor do povo – camada menos privilegiada – e sua histórica intervenção no campo. Agindo como mediador, reunindo na mesma mesa o ministério do trabalho, líderes das ligas camponesas e usineiros da cana-de-açúcar para entrar em um acordo viável a todos.

Ainda de acordo com Andrade (2004), a iniciativa pioneira de Arraes favorece diretamente os camponeses, pois os usineiros não cumpriam seu papel no tocante aos direitos dos trabalhadores atuantes na plantação e colheita da cana-de-açúcar, dessa forma a eles eram negados direitos como: salário mínimo, jornada de trabalho humanizada, décimo terceiro e hora extra, além disso, os aristocratas da cana com o apoio do governo – Cid Sampaio – coíbiam qualquer tentativa de protesto que partisse dos camponeses através da força repressora (polícia).

Na perspectiva de outro estudioso (DABAT 2004, p.150), reafirmamos a importante contribuição para quem o estatuto do Trabalhador Rural promulgado em março de 1963 foi visto como uma verdadeira complementação da lei que aboliu a escravidão em 1888, elevando a qualidade de vida dos camponeses, realidade nunca vista antes em outro governo, pois não há registros de tamanhos benefícios concedidos pela legislação republicana para trabalhadores rurais.

De fato, a aprovação do estatuto pelos Deputados Estaduais se deu por não acreditarem que o mesmo seria posto em funcionamento, mas para a surpresa de muitos ele foi votado e aplicado. Exemplificando melhor a importância de tal aprovação, vejamos a justificativa de Arraes (1963, apud DABAT 2004, p. 150) na tentativa de convencer a assembléia para aprovar o estatuto:

a baixa produtividade do homem decorre dos baixos salários e da situação de miséria e subalimentação em que vive, não podendo aumentar a sua capacidade produtiva, exatamente por que com os salários percebidos não pode alimentar-se, educar-se, tratar da saúde e nem cuidar de sua família. É necessário, portanto, lutar para elevar a renda de quem residem e trabalham nessa região, atendendo, sobretudo, de imediato ao pleito legal e justo de pagamento de salário mínimo no campo, de acordo com as disposições da legislação trabalhista. A repercussão dessa medida atingiria apenas os trabalhadores do campo, mas se refletiria sem

dúvida sobre todas as classes daquela região, que se beneficiasse com o maior volume de riqueza a circular pelos seus estabelecimentos comerciais, pelas suas feiras, atingindo ainda a outras atividades hoje mortas, na principal zona agrícola e industrial de Pernambuco.

Dessa forma, o ex-governador atendia às solicitações tanto dos usineiros quanto dos trabalhadores rurais; é justamente a partir da aprovação do estatuto que o homem do campo passou a ser alvo de políticas, até então algo impensável.

Defendendo esse princípio, o reconhecimento de que havia classes e interesses diferentes no campo que freavam todas as tentativas de crescimento dos trabalhadores rurais, revelava os coronéis da cana como repressores expressando de maneira crua sua identidade de classe.

Dabat (2004) esclarece que o golpe 1964 interrompeu um ciclo de benefícios conquistados pelos camponeses, pois a partir de então quando se falava em reforma no campo logo se perguntava quem estava no comando, cuja resposta apontava para o comunista, o que fez muitas pessoas sofrerem graves retaliações por que os militantes pretendiam inibir todas as ações dos líderes das ligas.

1.2.2 O Golpe e suas implicações

Segundo Ferraz (2004, p.142), é importante salientar que uma série de fatores influenciaram as ações dos militares no tocante ao Golpe, como por exemplo, o comício de Jango na Central do Brasil, uma viagem de Arraes à Minas Gerais visando a colher informações sobre a situação do país e de Jango, e em Pernambuco dois militares estavam apoiando o Golpe, um deles foi o Coronel Justino Alves Bastos, comandante do IV Exército.

Imagem. 04



03.mar.1964/Folha Imagem

<http://www.folha.uol.com.br/galerias> - publicado em 13.08.2005
acesso em 15.11.2009

(Miguel Arraes e Leonel Brizola participam de comício em defesa das reformas de base do governo João Goulart, na Central do Brasil)

Com o Golpe deflagrado e o exército nas ruas tomando o poder, os militares comandados pelo Coronel Justino ocupavam as ruas do Recife cercando a Faculdade de Direito, o Palácio do Campo das Princesas e outras vias estratégicas. Como os golpistas estavam com parte de seu contingente em estado de sítio, fecharam o acesso ao Palácio e essa ação impossibilitou Arraes de receber notícias sobre a ação dos militares.

Ainda segundo Ferraz (2004), as ruas do Recife estavam tomadas pelos golpistas, e naquele momento Arraes estava reunido no Palácio com Celso Furtado e Pelópidas da Silveira. Nessa ocasião receberam a visita de João Dutra do 14º Regimento de Infantaria e de Ivan Rui Andrade de Oliveira do 7º Regimento os quais comunicaram ao governador que Jango não era mais o presidente e que ele devia renunciar.

Aprofundando um pouco as informações do parágrafo acima, é importante destacar que o registro de apenas uma das reações públicas contrária ao golpe: um grupo de estudantes, mais secundários que universitários, avançaram em passeata saindo da Escola de Engenharia em direção ao Palácio do campo das Princesas, sendo rapidamente dispersos pela ação do

Major Hugo. O Exército que tomando a arma de um praça disparou e atingiu dois jovens estudantes que se chamavam Jonas de Albuquerque Barros, 17 anos e Ivan Rocha de Aguiar de 23 anos.

Imagem. 05



JONAS JOSÉ DE ALBUQUERQUE BARROS

(1946-1964)



IVAN ROCHA AGUIAR

(1941-1964)

(Estudantes mortos durante manifesto no centro do Recife em 1º de abril de 1964)

<http://www.revistadehistoria.com.br> – publicado em 14.04.09 – acesso em 15.11.09

Arraes previa esse desfecho violento, pois a crise que já estava instaurada no país se agravou quando Jango realizou um comício na Central do Brasil causando um clima ainda mais tenso em todo o país.

A violência em Pernambuco podia ser vista da capital ao interior, pois várias pessoas foram presas por serem contrárias ao golpe, e foi nesse clima de luta em favor da democracia que alguns políticos definiram sua postura sobre o golpe: alguns defendiam a legalidade da permanência de Jango como presidente, enquanto outros apoiavam os militares.

Continuando com o pensamento de Ferraz (2004), que também chama a atenção para a situação do país agora tomado pelo golpe, nesse contexto, o Coronel Dutra de Castilho

apresenta uma ordem do General Justino para retirar Arraes, o Comandante Hangho Trench e o Chefe da Casa Militar do governador que ainda ocupavam o Palácio do Campo das Princesas. Ao tomar conhecimento da ordem do General Justino, Arraes manteve-se firme em sua decisão de não aderir ao movimento, e renunciar estava totalmente fora de cogitação, isso reforçou o que havia anunciado: que só deixaria o governo pela força.

Diante de sua decisão, Arraes foi preso e conduzido ao Quartel de Socorro, depois foi transferido para a prisão em Fernando de Noronha. No Rio de Janeiro consegue um habeas corpus, em seguida parte para o exílio na Argélia sendo acompanhado apenas por sua esposa.

Imagem. 06



(Momento em que Arraes foi preso e conduzido ao Quartel de Socorro – Jaboatão. PE. 1964)

<http://www.acertodecontas.blog/wp-content/uploads> - Acessado em: 15.11.09

Durante o período em que ficou exilado, o ex-governador permaneceu em plena atividade política e intelectual atuando juntamente com líderes de países de língua portuguesa; além disso, procurava manter-se informado na medida do possível sobre o que acontecia no Brasil.

Embora o exílio tenha durado 14 anos de descontentamento, por não poder pisar em solo brasileiro, Arraes trabalhou para fortalecer as novas e manter as antigas relações políticas. Escreveu e publicou importante obra em francês retratando a situação econômica, social e histórica do Brasil. Participa de lutas libertárias em países de língua portuguesa, e

promoveu encontros políticos onde se discutia o futuro do seu país de origem e a ação dos militares à frente da presidência da república.

Para Ferraz (2004, p.145), o golpe foi perdendo força e a lei de anistia começava a ser reinventada em todos os setores da sociedade. Mas, um impasse impedia sua promulgação, a lei beneficiaria também Brizola, Luiz Carlos Prestes e Arraes o que para os militares representavam uma ameaça, porém, mesmo contra a vontade, a lei deu tratamento igual a todos.

Imagem. 07



Sessão no Congresso para votar Lei da Anistia – 1979 / <http://www.estadao.com.br/fotos>
Acesso em 15.11.2009

Imagem. 08



Congresso durante votação da Lei da Anistia – 1979 / <http://www.estadao.com.br/fotos>
Acesso em 15.11.2009

Conforme destaca Ferraz (2004, p. 146), a lei de anistia concedeu a Arraes e outros exilados políticos o direito de pisar em solo brasileiro. Para o ex-governador isso significou muito, especialmente em Pernambuco, onde foi recebido com homenagens e um povo a sua espera.

Ao retornar ao Brasil Arraes articulou-se com políticos para retomar sua luta política em favor do povo, dos camponeses e dos trabalhadores rurais, candidatando-se a Deputado Federal, a princípio e em 1986 lançou-se candidato ao governo de Pernambuco, vencendo e posteriormente em 1987 assumiu seu segundo mandato.

1.2.3 Os decretos do Governo Militar

Partindo das leituras de Rocha (2007, p. 24), é importante frisar que foi com o pós golpe que o governo militar atou ativamente através dos decretos, Atos Institucionais. Os três primeiros foram decretados no governo Castelo Branco, entre 1964 e 1967, e ampliaram consideravelmente o sistema centralizador e repressivo instalado em 1964 possibilitando contornos definidos aos objetivos dos líderes do movimento militar que tomara o poder.

O Ato Institucional nº 1 (AI-1) marca o começo da ditadura, instituindo, jurídica e institucionalmente, o movimento civil militar de 09 de abril de 1964 e estabelecendo as regras a serem seguidas. O Ato Institucional nº 2 (AI-2) estabeleceu eleições indiretas para Presidência da República, a supressão dos partidos políticos existentes e a implantação do bi-partidarismo. O Ato Institucional nº 3 (AI-3) fixou eleições indiretas para governador estadual, pois o governo Castelo Branco tinha sofrido uma surpresa desagradável com o resultado recente das eleições diretas em Minas e na Guanabara. E finalmente o Ato Institucional nº 4 (AI-4) transformou o Congresso Nacional em Assembléia Constituinte com vistas à aprovação da nova constituição, a qual, efetivamente passou a vigorar a partir de 1967.

O Ato Institucional nº 5 (AI-5) foi assinado em 1968 pelo presidente Costa e Silva em consequência de um atrito do Congresso com as Forças armadas por causa do discurso do deputado Marcio Moreira Alves, contra o qual foi movido um processo

pelo exército, que o acusou de ferir a honra da corporação. Este documento foi o máximo do arbítrio militar, pois autorizava o presidente a suspender direitos políticos, cassar mandatos e fechar qualquer instituição legislativa por tempo indeterminado.

Segundo Mota (2000, p.197 apud ROCHA 2007, p. 25), o AI-5 não tinha prazo para vigência, e dava ao presidente da república poderes para: 1) fechar o Congresso Nacional, as Assembléias Estaduais e as Câmaras Municipais; 2) cassar mandatos de parlamentares; 3) demitir, remover, aposentar ou por em disponibilidade funcionários federais, estaduais e municipais; 4) demitir ou remover juízes; 5) suspender as garantias do poder judiciário; 6) decretar estado de sítio sem qualquer impedimento; 7) confiscar bens como punição por corrupção; 8) suspensão de *habeas-corpus* em crimes de ameaça nacional; 9) julgamento de crimes políticos por tribunais militares; 10) legislar por decreto e expedir outros atos institucionais ou complementares; 11) proibir a análise pelo Poder Judiciário, de recursos impetrados por pessoas acusadas com fundamento no Ato Institucional nº 5.

O pleno exercício dos decretos foi visto como uma das maiores arbitrariedades cometidas pelos militares, pois reservava direitos apenas aos mesmos e determinava punições às pessoas que descumprissem tais determinações, com isso, os responsáveis pelo golpe aos poucos foram instalando seu regime de governo e declarando como a nação deveria caminhar.

Alguns pesquisadores como Skindmore (1992) e Rocha (2007) apontam que este é o período mais obscuro do país, pois nele as ordens impostas pelos presidentes militares beneficiavam apenas a eles próprios e a alguns políticos que apoiavam o golpe.

A saída de Arraes do governo interrompeu uma série de ações que estavam em andamento e uma delas foi a negociação e a manutenção de direitos trabalhistas que favoreciam especialmente os trabalhadores da cana-de-açúcar.

CAPÍTULO 2

ANCORANDO EM UM PORTO DE TEORIAS IDEOLÓGICAS E DISCURSIVAS

Neste capítulo da dissertação discutiremos o conceito de ideologia partindo da filósofa Marilena Chauí (2008), Marx (2008) Althusser e Gramsci, e do linguísta José Luiz Fiorin (2007), em seguida abordaremos aspectos relevantes da Análise do Discurso francesa tais como: as fases da AD, a formação discursiva, o discurso político, e sobre o vocábulo. Para tanto, discutiremos os estudos de Michel Pêcheux (1988, 1990), Eni Orlandi (1988, 2001, 2007), Charaudeau (2006), Brandão (2007) e Nascimento (2008), Biderman (2001), visando a sistematizar conceitos e traçar uma linha de entendimento ideológico-discursivo.

2. Algumas concepções de Ideologia

2.1 A ideologia na perspectiva de Chauí

“A ideologia não é um processo subjetivo consciente, mas um fenômeno objetivo e subjetivo involuntário produzido pelas condições objetivas da existência social dos indivíduos”

Marilena Chauí. 2008

Partindo das leituras de Chauí (2008), podemos afirmar que a ideologia pode ser conceituada tomando como base três tipos importantes de ideologia, que segundo a autora é classificado como categorias ideológicas.

Dentre os tipos de ideologias citados por Chauí, destacamos a francesa, que se pauta sobretudo na ideologia política e jurídica, a inglesa que concede mais ênfase à economia e a alemã que é, antes de tudo, filosófica.

Vejamos como Chauí (2008, p.24) apresenta a idéia de ideologia:

Em sociedades divididas em classes (e também em castas), nas quais uma das classes explora e domina as outras, essas explicações ou essas idéias e representações serão produzidas e difundidas pela classe dominante para legitimar e assegurar seu poder econômico, social e político.

São justamente os aspectos econômicos e sociais, vinculados às classes mais privilegiadas, que Chauí explora, e usa como exemplo, tentando mostrar as formas de ideologia dominante nelas presente.

É através dos preceitos sociais que estabeleceremos paradigmas para entender a ideologia, que pode ser vista como ideário se tratada como um conjunto de idéias encadeadas. No entanto, a ideologia tem como finalidade esconder a realidade, no sentido de manter e por fora de perigo a exploração da economia, das desigualdades sociais, e da dominação política. (CHAUÍ, 2008)

Como Marilena Chauí formula suas concepções de ideologia partindo das leituras de Marx e Engels, podemos usar esta informação para situar a ancoragem de nosso aparato teórico que pré-determina um pensamento histórico objetivando analisar o que caracteriza a ideologia. Tratar do pensamento histórico é importante, sobretudo por não podermos separar a produção das ideias das condições sociais e históricas nas quais são produzidos o discurso, pois são essas ideias que caracterizam as ideologias.

Segundo Chauí (2008. p, 35), vale salientar que Marx aprofundou suas concepções sobre ideologia com os ideólogos alemães por terem uma ligação estrita com a filosofia. Dessa forma, dirige duas críticas principais a esses ideólogos. A primeira se concentra na pretensão de demolir o sistema hegeliano imaginando que bastaria criticar apenas a Hengel, em lugar de abarcá-las como um todo, substituindo a dialética hegeliana por uma fraseologia sem sentido e sem consistência. A segunda trata de aspectos da realidade humana, convertidos em uma idéia universal deduzidas como o real a partir desse aspecto idealizado, com isso, além de deduzirem o real das idéias ainda imaginam estar criticando Hengel e a realidade alemã simplesmente por terem escolhido novas idéias.

Estas críticas de Marx sobre as concepções de ideologia alemã não podem ser abordados isoladamente, pois de acordo com Chauí (2008) são inseparáveis pelo fato de que enquanto existirem homens, a história da natureza e a história dos homens se condicionarão mutuamente, além disso, é importante examinar a história dos homens, pois quase toda ideologia se reduz a uma concepção distorcida dessa história ou uma abstração completa dela.

Ainda pautado em Chauí (2008), dizemos que há outras críticas realizadas por Marx, e uma delas se relaciona à Economia Política. Nela é afirmado que o método histórico-

dialético deve partir do que é mais abstrato ou mais simples ou mais imediato. Trata-se de começar pelo social e chegar, pelas mediações reais, ao ser social. Trata-se também de mostrar como o ser do social determina o modo como este aparece para os homens.

Tomemos como exemplo a mercadoria considerada a forma mais simples de produção capitalista, que aparece para nós como uma imensa produção, distribuição e consumo, mas além desse, há outro elemento fundamental de produção capitalista, o trabalhador, que aparece como ser humano, mas é, na verdade, uma mercadoria – ele vende no mercado sua força de trabalho.

Se observarmos a ideologia por esta vertente, constataremos que uma mercadoria não é algo tão simples como imaginávamos, pois ela pode assumir ao mesmo tempo uma relação de valor de uso e valor de troca. Como valor de uso, parece valer sua utilidade, e, como valor de troca, parece valer por seu preço de mercado.

O valor da mercadoria é determinado levando em conta todas as etapas do processo de produção até chegar em circulação. É importante frisar que o valor atribuído à mercadoria passa pelo tempo de trabalho necessário para produzi-la – tempo para fabricação da mercadoria, tempo para produzir as máquinas, para extrair e transportar a matéria prima -.

Vejamos o que Chauí (2008, p. 49) esclarece sobre valor e tempo da mercadoria:

Também entra no preço da mercadoria, como parte do chamado custo de produção, o salário pago pelo tempo de trabalho do trabalhador que fabrica essa mercadoria, pagamento que é feito para que ele se alimente, se aloje, se vista, se transporte e se reproduza, procriando filhos para o mesmo trabalho de produzir mercadorias.

Nessa perspectiva, verifica-se uma cadeia gerada pelo valor que se paga à força de trabalho do trabalhador, pois é através do salário pago que suas necessidades diárias serão realizadas. Visto isso, chamamos à atenção para o efeito que esta concepção assume perante à sociedade, colocando o trabalho como uma necessidade primária, como um elemento divisor de sociedades econômicas e políticas.

Reafirmando as ideias de Chauí (2008), salientamos que em nossa sociedade percebemos a olho nu que o valor pago ao tempo de trabalho de cada trabalhador, pode colocá-lo em um local de prestígio e de poder, pois nesse jogo onde há uma relação de senhor

e de escravo, de patrão e de empregado sempre existirá um mais e um menos beneficiado, o menos beneficiado sofre com o não pagamento pelo empenho de sua força de trabalho ampliada em várias horas, valor este transferido ao senhor, ao patrão alimentando vorazmente o poder e o crescimento econômico deles.

Tratar de ideologia postulada em Marx, é antes de tudo refletir sobre a dialética numa visão materialista. A matéria de que Marx fala é a social, isto é, as relações sociais entendidas como relações de produção, ou seja, como os modos pelos quais os homens produzem e reproduzem suas condições materiais de existência e o modo como pensam e interpretam essas relações.

Retomando o parágrafo anterior, reconhecemos que é a divisão do trabalho que determina a projeção do indivíduo em todos os setores sociais. Para tanto, faz-se necessário entender que o motor da dialética materialista é a forma determinada das condições de trabalho, isto é, das condições de produção e reprodução da existência social dos homens, forma que é sempre determinada por uma contradição interna, ou seja, pela sua luta de classes ou pelo antagonismo entre proprietários das condições de trabalho e não proprietários (servos, escravos, trabalhadores assalariados).

Dito isso, vamos tratar com mais riqueza de detalhes as considerações gerais sobre a “ideologia”, cujo surgimento Marx e Engels (apud CHAUI, 2008) se deu no instante em que a divisão social do trabalho separa trabalho material ou manual de trabalho intelectual. A divisão social do trabalho não é uma simples divisão de tarefas, mas a manifestação de algo fundamental na existência histórica. Numa palavra: a divisão social do trabalho produz e é produzida pela desigualdade social ou pela forma de sociedade.

A partir do momento em que o trabalho material e o espiritual separam-se, a ideologia nasce, isto é, o sistema ordenado de ideias ou representações e das normas e regras como algo separado e independente das condições materiais, visto que seus produtores não estão diretamente vinculados à produção material das condições de existência.

Vejamos algumas peculiaridades da ideologia, e que a transforma numa força quase impossível de remover. Chauí (2008, pp. 79-85)

- 1) *O que torna a ideologia possível, isto é, a suposição de que as idéias existem em si e por si mesmas desde a eternidade, é a separação entre trabalho material e trabalho intelectual, ou seja, a separação entre trabalhadores e pensadores.*
- 2) *O que torna objetivamente possível a ideologia é o fenômeno da alienação, isto é, o fato de que, no plano da experiência vivida e imediata, as condições reais da existência social dos homens não lhes apareçam como produzidas por eles, mas, ao contrário, eles se percebam produzidos por tais condições que atribuam a origem da vida social a forças ignoradas, alheias às suas, superiores e independentes de sorte que as idéias quotidianas dos homens representam.*
- 3) *O que torna a ideologia possível é a luta de classes, a dominação de uma classe sobre as outras. Porém, o que faz da ideologia uma força quase impossível de ser destruída é o fato de que a dominação real é justamente aquilo que a ideologia tem a finalidade de ocultar.*
- 4) *O que torna a ideologia possível é que ela resulta de uma prática social, nasce da atividade social dos homens no momento em que estes representam para si mesmos essa atividade, e essa representação é sempre necessariamente invertida.*
- 5) *O que torna a ideologia possível é o processo pelo qual as idéias da classe dominante tornam-se idéias de todas as classes sociais, tornam-se idéias dominantes.*

E ainda, vejamos o que Chauí (2008, pp. 92-95) define como sendo ideologia:

- 1) *a ideologia é resultado da divisão social do trabalho e, em particular, da separação do trabalho material/manual e trabalho espiritual/intelectual;*
- 2) *a ideologia é, pois, um instrumento de dominação de classe e, como tal, sua origem é a existência da divisão da sociedade contraditórias e em lutas;*
- 3) *a ideologia é uma ilusão, necessária à dominação de classe. Por ilusão devemos entender “ficção”, “fantasia”, “invenção gratuita e arbitrária”, “erro”, “falsidade”, pois com isto suporíamos que há ideologias falsas ou erradas e outras que seriam verdadeiras e corretas;*

4) *a ideologia não é um “reflexo” do real na cabeça dos homens, mas o modo ilusório pelo qual representam o aparecer social como se tal aparecer fosse a realidade social. Se a ideologia fosse um simples “reflexo invertido” da realidade na consciência dos homens, a relação entre o mundo e a consciência dos homens, a relação entre o mundo e a consciência não seria dialética, mas seria mecânica ou de causa e efeito.*

Visto isso, iremos discorrer sobre outra perspectiva de ideologia, ancorada nos estudos do linguísta José Luiz Fiorin, que a reflete partindo da linguagem.

2.1.2 A ideologia na perspectiva de Fiorin

“Refletir sobre a questão das relações entre a linguagem e a ideologia não é também dizer que a linguagem é instrumento de poder e que os segmentos sociais dominantes tentam ridicularizar a palavra dos dominados”

José Luiz Fiorin. 2007

Essa reflexão de Fiorin encontra lugar na linguagem, que por sua vez emana da ideologia. E no discurso aqueles que detêm a palavra poderão fazer uso do convencimento tentando torná-lo verdadeiro para o outro.

Nesta apresentação de ideologia, destacamos o uso da linguagem, que para Fiorin vem juntar-se aos fenômenos sociais, pois não podemos considerá-la como algo totalmente desvinculado da vida social nem perder de vista sua especificidade, reduzindo-a ao nível ideológico.

Segundo Fiorin (2007, p.10), para estudar a ideologia atrelada à linguagem é preciso num primeiro momento fazer uma distinção entre a língua e sua realização concreta. A língua é social no sentido de que é comum a todos os falantes de uma dada comunidade linguística. Ela é um todo em si e compreende o conjunto de elementos lexicais e gramaticais que fazem parte de uma língua. Todo elemento linguístico é diferente do outro, para que ele tenha uma

atribuição de valor diferente, assim o / b / tem que ser diferente do / p / para observarmos situações distintas, como por exemplo, bato e pato. Visto isso, acabamos de afirmar que os elementos linguísticos não se combinam aleatoriamente.

Para tanto, os falantes de uma língua a realizam através dos atos de fala, porém faz-se necessário distinguir o discurso da fala. Pois a primeira é a combinação de elementos linguísticos, usados pelos falantes com o propósito de exprimir seus pensamentos, de falar do mundo exterior ou de seu mundo interior, de agir sobre o mundo. Já a segunda é a exteriorização psicofísico-fisiológica do discurso. Ela é rigorosamente individual, pois é sempre um “eu” que toma a palavra e realiza o ato de exteriorizar o discurso.

Para nós não é importante mostrar apenas a relação da linguagem com a ideologia, no sentido de fazer entender que o discurso de uma classe social mais privilegiada se sobrepõe a uma classe de menor prestígio social, ora, até então não há nada de novo, por que esse fenômeno já era observado por Marx. O que apontamos aqui neste estudo, segundo Fiorin (2007), é o lugar das determinações ideológicas na linguagem.

Ainda pautado nas leituras de Fiorin (2007, p. 18), é importante salientar que o discurso tem uma estrutura, e diante de um texto absolutamente caótico dizemos: “Isso não significa nada”. Sabemos distinguir um texto de um não-texto. Porque o discurso é estruturado, temos que diferenciar no seu interior uma sintaxe e uma semântica.

Como vimos um discurso não é um mero amontoado de palavras postas de qualquer forma, elas precisam ser usadas mediante certas regras, que são responsáveis pela organização semântica e sintática do texto fazendo-nos compreender com clareza os elementos que dão significados ao texto.

Há dois elementos ligados ao discurso que juntos são os responsáveis pela significação do texto, que são a sintaxe e a semântica discursiva. O primeiro por sua vez compreende os processos de estruturação do discurso. Assim, pertence a ela um procedimento como a introdução ou não da primeira pessoa do discurso. Esse uso cria um efeito de sentido de subjetividade, enquanto sua não utilização produz um efeito de sentido de objetividade, além desse elemento, outro procedimento pertence à sintaxe discursiva é o discurso direto, indireto e indireto livre.

O segundo, a semântica discursiva, abarca os conteúdos que são investidos nos moldes sintáticos abstratos. Por exemplo, o mecanismo abstrato do discurso direto, em que um interlocutor que delega a palavra a um interlocutor para que ele fale, é sintático. O interlocutor a quem se delega a voz, o que ela diz, pertence à semântica.

Ainda segundo Fiorin (2007), a sintaxe discursiva goza de certa autonomia em relação às formações sociais, enquanto que a semântica depende mais diretamente de fatores sociais. Com efeito, mecanismos, como por exemplo, o discurso direto, pode receber e veicular quaisquer conteúdos, mas estes são determinados pela estrutura social.

É comum no discurso a apropriação de outros discursos, pois no campo político a argumentação do locutor pode ser vista como uma manipulação consciente, desencadeando com isso uma determinação inconsciente. A sintaxe discursiva é o campo da manipulação consciente. Neste, o falante lança mão de estratégias argumentativas e de outros procedimentos da sintaxe discursiva para criar efeitos de sentido, de verdade, ou de realidade com vistas a convencer seu interlocutor. O locutor organiza sua estratégia discursiva em função de um jogo de imagens: a imagem que ele faz do interlocutor, a que ele pensa que o interlocutor tem dele, a que ele deseja transmitir ao interlocutor. É em razão desse complexo jogo de imagem que o falante usa certos procedimentos argumentativos e não outros.

Nesse contexto, o campo das determinações inconscientes é a semântica discursiva, pois o conjunto desses elementos habitualmente usados nos discursos de uma dada época constitui a maneira de ver o mundo numa dada formação social. Esses elementos surgem a partir de outros discursos já construídos, cristalizados e cujas condições de produção foram apagadas. Já os elementos semânticos, assimilados individualmente pelo homem ao longo de sua educação, constituem a consciência e, por conseguinte sua maneira de pensar o mundo. A semântica discursiva é o campo da determinação ideológica propriamente dita. Embora esta seja inconsciente, também pode ser consciente.

É compreensível quando Fiorin (2007) diz que esses dois campos abordados acima, devam estar sempre juntos, o que não quer dizer que eles não possam ser estudados individualmente, mas no tocante à ideologia na linguagem um campo complementa o outro, e juntos promovem a compreensão do texto.

Ainda sobre o parágrafo anterior, temos a apresentação da ideologia, mostrando a importância que o outro tem nessa relação discursiva, pois há uma projeção, uma intencionalidade, e um conhecimento do que o outro deseja ouvir, e esses aspectos são muito importantes pois através deles podemos entender como pensavam e como agiam os diferentes grupos sociais, além disso, verificar qual a real finalidade de significação encontrada nos discursos de diferentes época.

Com base na breve explanação teórica sobre os fatores sociais e determinantes da semântica discursiva, Fiorin recorre à análise que Marx faz do salário, para assim chegar a uma resposta do que é ideologia. No nível da aparência, o salário apresenta-se como o pagamento por um trabalho realizado. Nesse nível, a relação de trabalho é uma troca entre indivíduos livres e iguais. Eles estão livres porque não estão sujeitos a outros homens por laços de dependência pessoal, como no modo de produção escravagista, mas podem vender seu trabalho a quem quiserem.

Ao adentrar na perspectiva de Fiorin sobre ideologia sinalizamos que o salário, ao aparecer como o pagamento do trabalho e não da força de trabalho, apaga a distinção entre tempo de trabalho necessário e tempo não pago, fazendo das relações de trabalho, ao nível aparente, uma troca igualitária. Isso mostra que o capitalismo engendra formas que mascaram sua essência, pois, se não houvesse apropriação do valor gerado pelo trabalho não-pago, não haveria capital.

Então, a ideologia é constituída pela realidade e constituinte da realidade. Não é um conjunto de ideias que surge do nada ou da mente privilegiada de alguns pensadores. Por isso, diz-se que ela é determinada, em última instância, pelo nível econômico.

É preciso, no entanto, não ver o nível ideológico como simples reflexo do econômico, pois ele tem seu conteúdo próprio e suas próprias leis de funcionamento e desenvolvimento. Isso significa que não existe determinação direta e mecânica da economia, mas uma determinação complexa.

Assim, não devemos esquecer que, embora haja, numa formação social, tantas visões de mundo quantas forem às classes sociais, a ideologia dominante é a ideologia da classe dominante. No modo de produção capitalista, a ideologia dominante é a ideologia burguesa.

2.2 Análise do Discurso

“A Análise do Discurso introduz no domínio dos estudos da linguagem o tema da história, do poder da ideologia, que são as condições em que se dão os processos discursivos. A referência à história se justifica na perspectiva de uma análise materialista das práticas lingüísticas inscritas num determinado contexto sócio-político-econômico”

Michel Pêcheux

Ao tomar como seu objeto próprio o discurso, a Análise de Discurso francesa (ADF) Pêcheux mostra sua preocupação com o estudo da língua funcionando para a produção dos sentidos, analisando unidades além da frase, ou seja, o texto, apresentado de forma não sistemática em diferentes épocas e segundo diferentes perspectivas.

É no auge do estruturalismo francês que a ADF surge, em meados dos anos 60. Nesse momento, a linguística era vista como ciência piloto, modelo para outras ciências, e isto se deve a F. Saussure que elevou a linguística à condição de ciência, estabelecendo seu objeto e seu método.

Segundo Nascimento (2008, p. 19), a linguagem era dividida entre língua e fala, sendo a primeira considerada como objeto da lingüística, pois poderia ser estudada separadamente da fala, dada sua natureza homogênea. Assim, para Saussure a língua é um sistema de signos.

Vale ressaltar que as idéias estruturalistas surgiram na França por volta dos anos 50, e Saussure não tinha, até então, destaque além dos círculos de Moscou, Praga, Copenhagen e Viena. Além de Saussure outros estudiosos contribuíram para a evolução da linguística, mas foi do encontro de Roman Jakobson com Levi-Strauss que se expandiu a linguística estrutural na França, sendo esse último o responsável pela introdução do método estrutural nas Ciências Humanas a partir das obras *“Estruturas Elementares do Parentesco”* 1949 e *“Antropologia Estrutural”* 1958.

Ainda focalizando nomes que ajudaram a legitimar a linguística, podemos citar, por exemplo, Althusser, Lacan, Derrida e Foucault, que formaram o grupo de teóricos que assumiram posições diferentes do estruturalismo, priorizando a noção de sujeito. Excetuando Althusser que via o sujeito vinculado à ideologia, os demais, o viam como uma posição ligado ao jogo ou ordem do signo.

Dentro desta perspectiva, as idéias da ADF de Michel Pêcheux trabalham a noção de discurso sem ser reduzida ao objeto da linguística, nem deixando-se absorver pela Teoria Marxista e tão pouco ao que teoriza a psicanálise. Vejamos o que Orlandi (2007, p. 20) nos diz:

Interroga a linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele.

Pêcheux tentava mostrar que o estruturalismo deixava brechas ao analisar as frases. Atento a essas brechas, pesquisa um dispositivo que possa abarcar essas lacunas e escreve seu primeiro texto voltado a essas interrogações feitas pela linguística, pelo materialismo e pela psicanálise.

Logo a necessidade de publicação do texto de Pêcheux foi externada pelos seus seguidores e em 1969 foi editado a Análise Automática do Discurso (AAD) inaugurando definitivamente a AD na França.

Acrescendo às leituras já vistas sobre ADF, incluímos as ideias de Gadet (1998, p. 14), sobre a importância de se destacar que Pêcheux sempre teve como ambição abrir uma fissura teórica e científica no campo das ciências sociais, e, em particular de a Análise Automática do Discurso, que ali encontrava seu objetivo profissional principal. Nesta tentativa, ele queria se apoiar sobre o que lhe parecia já ter estimulado uma reviravolta na problemática dominante das ciências sociais: o materialismo histórico tal como Louis Althusser o havia renovado a partir de uma releitura de Marx; a psicanálise, tal como a reformulou Jacques Lacan, através de seu “retorno a Freud”.

O texto escrito por Pêcheux , a Análise Automática do Discurso, é fundamental para se compreender aquilo que ele objetivava ao desenvolvê-la, ou seja, fornecer às ciências sociais

um instrumento científico de que eles tinham necessidade, um instrumento que seria a contrapartida de uma abertura teórica em seu campo. Vejamos:

- 1) O estado das ciências sociais era um tanto pré-científico;
- 2) O estabelecimento de uma ciência necessita de instrumentos;

O primeiro ponto decorre da crítica sobre o estado das ciências sociais tal como ele se apresentava no momento em que ele escrevia sua obra, e outro elemento que destacamos foi o interesse de Pêcheux pela epistemologia e pela história das ciências, e, também, seu investimento neste campo, e ainda a preocupação de um duplo erro a ser evitado: considerar qualquer utilização de um instrumento como científico, esquecer o papel dos instrumentos na prática científica.

Essa atuação de Pêcheux tomou força num período em que o estruturalismo reinava, e a frase era a unidade de pesquisa dos linguístas estruturalistas. Pêcheux propõe algumas possibilidades de compreensão e análise do texto e não mais da frase. Para tanto, rompe com o estruturalismo de Saussure e assume uma postura que prioriza o materialismo histórico, a ideologia e o sujeito.

Visando a ampliar nosso entendimento acerca da AAD, recorreremos às ideias de Orlandi (2007), pela forma de tratamento concedido ao texto de Pêcheux, tornando acessível o que ele objetivava no tocante a relação de sentido com diferentes efeitos.

Reafirmando as ideias de Orlandi (2007), no tocante a AAD, é importante dizer que antes de sua publicação os formalistas se interessavam sobretudo pelos estudos literários, os seus trabalhos, buscando uma lógica interna do texto, renunciando uma análise que não era a análise do conteúdo, maneira tradicional de abordagem.

Para Orlandi (2007), a análise de conteúdo procura extrair sentidos dos textos respondendo à questão: O que este texto quer dizer? Diferentemente da análise de conteúdo, a análise de discurso considera que a linguagem não é transparente. Desse modo ela não procura atravessar o texto para encontrar sentido do outro lado. A questão que ela coloca é: Como este texto significa?

Na intenção de atender esses questionamentos, a ADF dispõe de alguns elementos que ajudam a responder a pergunta aludida no parágrafo anterior, distanciando-se da análise funcionalista que se limita apenas a verificar o que podemos encontrar na superfície do texto, empobrecendo a análise. Ou seja, a ADF produz conhecimento a partir do texto porque o vê como tendo uma materialidade simbólica própria e significativa, concebendo-o em sua discursividade.

A Análise de Discurso, segundo Orlandi (2007), observa a linguagem a partir da idéia de que a língua é ideologia, e tal atributo a faz significar muitas coisas diferentes. Entendemos que a língua é vista pela AD como uma mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social e a mediação é o discurso, dito isso, verificamos que é através do sentido do discurso que sua inscrição na história se realiza, pois o contexto histórico nos concede pistas para entendermos a constituição ideológica do sujeito e das palavras, seus atos, suas ações, e seu ideal de luta, que muito contribui para a compreensão dos objetos simbólicos ao produzirem sentido.

Ainda pautado nessa pesquisadora, salientamos que se a língua é ideológica logo temos um sujeito ideológico – “eu” – que dialoga com outro sujeito – “tu” ; então ideologia e história são as propriedades que atuam com o real do discurso, nos permitindo trabalhar a interpretação para entender o que se passa nele.

Então, se partirmos da idéia de que a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade do discurso é a língua estaremos constituindo indubitavelmente uma tríade língua-discurso-história.

Segundo Pêcheux (1969 apud ORLANDI 2007, p. 33), é importante frisar que um dos pontos fortes da análise de discurso é resignificar a noção de ideologia a partir das considerações de linguagem; pautado nessa afirmação privilegiamos dois aspectos: o locutor que elabora o discurso, e o interlocutor que recebe o discurso, para assim verificar como se dá a interação. Que juízo ele faz do referente ?, Que juízo ele faz do locutor ? Havendo alguma concordância por parte do locutor sobre o referente, logo diremos que ele conseguiu fazer-se entender, ou que o locutor persuadiu o interlocutor com um jogo de palavras que ele desejava escutar, ou ainda que o locutor o seduziu com um texto onde fica claro seu domínio naquele assunto em que discursou.

Visto essa introdução à Análise do discurso nas próximas seções mostraremos quais foram às contribuições das fases da ADF.

2.2.1 As fases da Análise de Discurso Francesa

2.2.1.1 AD – 1: O nascimento de um dispositivo de análise discursiva

Segundo Nascimento (2008, p. 22), é importante frisar que com a publicação de Análise Automática do Discurso em 1969, Michel Pêcheux introduz, a partir da releitura de Saussure, uma nova perspectiva para o sentido, o sujeito e a história, trazendo para o centro da discussão, o discurso como objeto de análise, visto que para Pêcheux o instrumento da prática política é o discurso. Para tanto, recusa à concepção de linguagem como instrumento de comunicação, por que para ele a linguagem tem relação com o político e o histórico e sua preocupação nesse momento era estabelecer uma ligação entre o discurso e a prática política que passa pela ideologia.

A proposta, nessa fase, foi criar um dispositivo de análise de textos baseado num modelo de uma máquina de ler que arrancaria a leitura da subjetividade. É um método de análise por computador e foi, juntamente com os programas de lexicometria, um dos primeiros programas operacionais no domínio da análise de textos por computador. Para Pêcheux, a AAD (69) aparece formalizada sob duas perspectivas: epistemológica e operacional que permite obter resultados empíricos, de maneira a propor uma alternativa teórica e metodológica à análise de conteúdo, cujo método de análise foi inspirado na linguística harrisiana.

Reafirmando as idéias de Saussure (1998), é importante lembrar que foi quebrando com o paradigma de língua, forma e objeto, de linguagem, e de forma de comunicação, que Pêcheux começou a pensar sobre o discurso, pois para ele a língua é ideológica, e a linguagem está diretamente ligada aos processos históricos e políticos.

Com um olhar atento, foi possível verificar que as análises textuais propostas pelos estruturalistas (a de verificar o sentido do texto atravessando-o) limitava sua compreensão; ao

perceber isso, Pêcheux introduz à análise textual elementos como o sujeito ideológico e o materialismo histórico, que o estruturalismo não dava conta, para analisar os elementos subjetivos.

Foi observando as formas de análise realizadas no auge do estruturalismo, que percebemos a grande valorização da língua e da gramática. Nesse sentido, entendemos a proposta de Pêcheux ao realizar uma releitura de Saussure, objetivando criar um dispositivo que preenchesse as lacunas das análises dos estruturalistas.

Ainda segundo Nascimento (2008, p. 24), Pêcheux propõe um esquema formal que permite chegar a uma definição operacional do estado das condições de produção de um discurso e descrever os requisitos teóricos e metodológicos do processo de produção do discurso. Para isso, rejeita o esquema da comunicação de Jakobson de mensagem como transmissão de informação para atuar com a noção de “efeito de sentido”, trazendo a tona o discurso como efeito de sentido entre discursos distintos.

Além dessas, outras questões foram discutidas por M. Pêcheux, no período caracterizado como primeira época da AD, a qual se estende de 1969 a 1975. Emergem conceitos como formação discursiva, formação ideológica, efeito metafórico, paráfrase entre outros e complementando esse elenco temos o discurso que é relacionado com a ideologia aparecendo remetido a um intradiscurso e às condições de produção do discurso.

Entre os conceitos citados no parágrafo anterior, a formação discursiva e a formação ideológica aparecem com mais força nas análises de Pêcheux, pois representam, a primeira, a relação entre o discurso e o sujeito, já a segunda, representa a relação entre o histórico e o político; juntas são também responsáveis pelos sentidos produzidos no discurso. Além disso, esses elementos visam a teorizar sobre às possibilidades discursivas, verificando como um determinado enunciado significa.

2.2.1.2 AD – 2: Uma releitura das noções de discurso, sujeito, história e ideologia

“*Uma conversão filosófica*”, assim define Gadet (1998, p. 313), ao falar sobre essa fase da AD. Na perspectiva da AD- 2, as relações de força são desiguais entre processos discursivos, estruturando o conjunto por dispositivos com influência desigual uns sobre os outros: a noção de formação discursiva tomada de empréstimo a Michel Foucault começa a fazer explodir a noção de máquina estrutural fechada na medida em que o dispositivo da formação discursiva (FD) está em relação paradoxal com seu exterior: uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente invadida por elementos que vem de outro lugar (isto é, de outras FD) que se repetem nela fornecendo-lhes suas evidências discursivas fundamentais.

Na AD- 2, período que se estende de 1976 a 1979, não houve muitas mudanças significativas, poucas coisas podemos registrar de verdadeiramente novo nesta fase da AD, uma delas seriam as máquinas, que passam a ser vistas por Pêcheux como relação de forças desiguais entre os processos discursivos.

Uma das mudanças, referentes às máquinas discursivas, relaciona-se diretamente com as formações discursivas, e estas, por sua vez estão sempre em formação, pois para entendermos uma FD recorreremos sempre a outras FD, fazendo-nos entender que, sempre estaremos significando um texto partindo de outros textos já significados.

Na discussão sobre FD Gadet (1998 apud NASCIMENTO, 2008) salienta que há um elemento, o interdiscurso, sendo introduzido para designar o exterior específico de uma FD enquanto este irrompe nesta FD para constituí-la em lugar de evidência discursiva, submetida à lei da repetição estrutural fechada: o fechamento da maquinaria é pois conservado, ao mesmo tempo em que é concebido como resultado paradoxal da irrupção de um além exterior e anterior.

Foi pré-concebendo conceitos na FD, que o interdiscurso passou a ser mais designado, e visto como essencial para entendermos de uma FD. Para tanto, as formulações de semântica e discurso são usadas para indicar a direção do percurso discursivo, objetivando consolidar a relação língua, discurso e ideologia.

Os resultados dessa época manifestam poucas inovações: o deslocamento é sobretudo sensível ao nível da construção dos corpora discursivos, que permitem trabalhar sistematicamente suas influências internas desiguais, ultrapassando o nível da justaposição contrastada. Mas os poucos resultados poderão ser observados melhor na terceira fase da AD.

2.2.1.3 AD – 3: Novas perspectivas para a AD

Fase que compreende o período entre 1980 a 1983. Tentaremos mostrar algumas direções referíveis em um trabalho de interrogação-negação-desconstrução das noções postas em jogo na AD, e exibir alguns fragmentos de construções novas. Podemos dizer que a AD- 3 está subdividida em duas partes: uma que se refere aos pontos de referências, e a outra que se refere às interrogações, aos questionamentos ainda encontrados nesta AD.

A primeira parte, podemos assim dizer, nos traz informações para entendermos o que chamamos de máquina discursiva estrutural. Outro aspecto importante foi o procedimento da AD por etapas, com ordem fixa. Pêcheux propõe que este procedimento e as investigações da análise do discurso passem a incidir sobre a intersubjetividade.

Partindo das idéias de Nascimento (2008, p. 29), podemos dizer que a memória discursiva é trazida para a AD, através de J.J Courtine, a partir do conceito foucaultiano de domínio de memória. Courtine (1999) lembra que “há sempre já um discurso”, ou seja, o enunciável é exterior ao sujeito enunciadador. É através da memória discursiva que é possível perceber a circulação de formulações anteriores. É ela que possibilita perceber, no intradiscurso, elementos do interdiscurso que aparecem re-significados.

Outra contribuição sentida nesse período é a influência da linguísta Jacqueline Authier-Revuz que, a partir das idéias de Bakhtin, apresenta a noção de heterogeneidade do discurso. Noção que faz explodir a idéia de maquinaria discursiva estrutural, visto que há o primado teórico do outro sobre o mesmo. A autora defende a tese de que a homogeneidade do discurso é uma ilusão, sendo o mesmo atravessado por discursos outros que anunciam a presença de diversas vozes em uma só voz.

Considerando esta breve exposição teórica, afirmamos que os anos 80 sem dúvida foram o período de maior abertura a AD, e foi justamente neste momento que a epistemologia de Pêcheux recebeu várias críticas, até chegar ao que é hoje, como Análise de Discurso Francesa.

É nesse panorama que a ADF registra um re-ordenamento de sua teoria, com ênfase nas noções de sujeito ideológico, e, principalmente de formação discursiva.

Em suma, o processo de constituição de um campo de saber, como a AD, é complexo e vislumbrado com um espiral combinando entrecruzamentos, reuniões e dissociações de séries textuais, de construções de questões, de estruturações de rede de memória e de produções de escrita.

2.3 Formação Discursiva

Para Orlandi (2007, p. 43), a noção de formação discursiva, ainda que polêmica, é básica na Análise de Discurso, pois permite conceber o processo de produção dos sentidos, e sua relação com a ideologia dá ao analista a possibilidade de estabelecer regularidades no funcionamento do discurso.

A formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica – determina o que pode e deve ser dito. Orlandi (2007, pp. 43-44) afirma que:

- 1) *O discurso se constitui em seu sentido porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não outra para ter sentido com o outro. Por aí podemos perceber que as palavras não têm um sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem. As formações discursivas, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas.*
- 2) *É pela referência à formação discursiva que podemos compreender, no funcionamento discursivo, os diferentes sentidos. Palavras iguais podem significar diferentemente porque se inscrevem em formações discursivas diferentes, por*

exemplo, a palavra “terra” não significa o mesmo para um índio, para um agricultor sem terra e para um grande proprietário rural. Ela significa diferente se a escrevermos com letra maiúscula Terra ou com minúscula terra.

A evidência do sentido, que, na realidade é um efeito ideológico, não nos deixa perceber seu caráter material, a historicidade de sua construção. Do mesmo modo podemos dizer que a evidência do sujeito, ou melhor, sua identidade apaga o fato que ela resulta de uma identificação.

Nesse cenário, a noção de formação discursiva visivelmente tenta ampliar as possibilidades de significados que atribuímos aos vocábulos, que só significam porque estão inscritas na história; um vocábulo pode ter seu sentido ampliado ou modificado dependendo de sua materialidade no discurso. Com isso, pode o vocábulo representar um efeito na discursividade, e cabe ao analista verificar os efeitos desse vocábulo, ao entrar em contato com outros no fio do discurso.

Além disso, o vocábulo pode sozinha ser responsável pela ativação da memória na intenção de encontrar respostas para o uso da palavra em uma dada situação, ou seja, outros discursos a fazem significar hoje porque faz parte de diferentes FD.

O funcionamento do vocábulo em um discurso está ligado também à ideologia, à sua historicidade, pois o sujeito ao se apropriar dela em seu discurso atribuem-nas os significados que para eles/elas possuem, podendo em outras situações discursivas adquirirem outros significados.

Ainda sobre formação discursiva, Brandão (2007, p. 46) salienta que o discurso é uma das instâncias em que a materialidade ideológica se concretiza, isto é, é um dos aspectos materiais da existência material das ideologias. Para Pêcheux (1990), a região do materialismo histórico que interessa à teoria do discurso é a da superestrutura ideológica ligada ao modo da produção dominante na formação social considerada.

Vejamos o que Brandão (2007, p. 46) tem a dizer sobre o funcionamento da ideologia na formação discursiva.

o funcionamento da instância ideológica deve ser concebido como “determinado em última instância” pela instância na medida em que ele aparece como uma das condições (não econômicas) da produção da base

econômica, mais especificamente das relações de produção inerentes a base econômica.

Essa idéia da instância ideológica, que vai permitir a Pêcheux chegar à representação do exterior da língua, é influência do trabalho de Althusser sobre as ideologias.

São as formações discursivas que, em uma formação ideológica específica, levando em conta uma relação de classes, determinam “o que pode e deve ser dito” a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada.

Vejamos como Brandão (2007, pp.48-49) concebe a noção de FD e seu funcionamento.

- 1) *a paráfrase: uma FD é constituída por um sistema de paráfrase, isto é, é um espaço em que enunciados são retomados e reformulados num esforço constante de fechamento de suas fronteiras em busca da preservação de sua identidade. A essa noção, Orlandi (1986) contrapõe uma outra: a de polissemia, atribuindo a esses conceitos opostos o papel de mecanismos básicos do funcionamento discursivo. A paráfrase é o mecanismo de fechamento, de delimitação.*
- 2) *o pré-construído: constitui um dos pontos fundamentais da articulação da teoria dos discursos da linguística. Introduzido por Henry (1975), o termo designa aquilo que remete a uma construção anterior e exterior, é o elemento que irrompe na superfície discursiva como se estivesse já aí.*

O pré-concebido remete assim às evidências através das quais o sujeito dá a conhecer os objetos de seu discurso: “O que cada um sabe”, e simultaneamente “o que cada um pode ver em uma situação dada”. Isso equivale a dizer que se constitui, no seio de uma FD, um sujeito universal que garante o que cada um conhece, pode ver ou compreender.

As ideias de Brandão fomentam a polêmica discussão sobre formação discursiva, que segundo ela perpassa a idéia de formação ideológica, responsável pela produção discursiva.

Ao analisar o discurso, verificamos como o locutor se apropria do exterior da língua para constituir o seu discurso, que como Brandão afirma é uma paráfrase, pois a todo momento o enunciado está sendo retomado.

Para Brandão (2007, p. 50), cabe à AD trabalhar seu objeto (o discurso) inscrevendo-o na relação da língua com a história, buscando na materialidade linguística as marcas das contradições ideológicas. Analisar o discurso é fazer desaparecer e reaparecer as contradições, é mostrar o jogo que jogam entre si; é manifestar como pode exprimi-las, dar-lhes corpo, ou emprestar-lhes uma fugidia aparência. Brandão salienta que é dessa forma que Foucault vê uma FD, e complementa, como sendo um espaço de disseminações múltiplas em que atuam oposições cujos níveis e papéis devem ser descritos não com o objetivo de nivelá-las ou pacificá-las em formas gerais de pensamento.

Como vimos, analisar o discurso é descrever os sistemas de dispersão dos enunciados que o compõem através de suas regras de formação e apresentam um sistema de dispersão semelhante, podendo definir uma regularidade nas suas formas de repartição.

Partindo dessa afirmação vejamos como a FD de Foucault e Pêcheux é teoricamente vistas sob dois modos distintos de existência do discurso como objeto de análise, segundo Brandão (2007, p 51):

** o nível do enunciado: diz respeito ao sistema de formação dos enunciados que englobaria um feixe complexo de relações funcionando como regra. Enquanto regra, esse sistema determinaria o que pode ser dito por um sujeito falante situado num dado lugar, numa dada conjuntura, no interior de uma FD, sob a dependência do interdiscurso desta última.*

** o nível de formulação: refere-se ao estado terminal do discurso onde os enunciados manifestam certa coerência visível horizontal. Trata-se do intradiscurso em que a sequência discursiva existe como discurso concreto no interior do feixe complexo de relações de um sistema de formação.*

Dessa forma, toda sequência discursiva deve ser analisada em um processo discursivo de reprodução/transformação dos enunciados no interior de uma FD dada: daí por que o estudo do intradiscurso de toda sequência manifesta deve estar associado ao do interdiscurso da FD.

Aprofundando um pouco mais a discussão acima nos pautamos nas teorias de Orlandi (2007) sobre paráfrase e polissemia, pois eles são importantes elementos produtores de diferentes formulações do mesmo dizer.

Partindo das leituras de Orlandi (2007, p. 36), é importante frisar que todo o funcionamento da linguagem se assenta na tensão entre elementos parafrásticos e polissêmicos. Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização. Ao passo que, na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco.

Nesse sentido, esses processos são responsáveis pelos significados no discurso pois sempre estamos nos remetendo ao que já foi dito, fazendo uso de nossa memória. Dessa forma, lembramos que o que foi dito ocupa igualmente seu lugar, porém formulado de outra maneira.

Para Orlandi (2007, p. 37), a língua é sujeita ao equívoco e a ideologia é um ritual com falhas que o sujeito ao significar, se significa. Por isso dizemos que a incompletude é a condição da linguagem: nem os sujeitos nem os sentidos, logo, nem o discurso, já estão prontos e acabados. Eles estão sempre se fazendo, havendo um trabalho contínuo, um movimento constante do simbólico e da história. É condição de existência dos sujeitos e dos sentidos: constituírem-se na relação tensa entre paráfrase e polissemia. Daí dizermos que os sentidos e os sujeitos sempre podem ser outros. Todavia nem todos os são.

É partindo da ideia de que a língua é ideológica que atentamos para o papel que ela assume. Considerando que quem concede sentidos ao discurso é o interlocutor, e não o locutor o próprio discurso, pois as relações de sentidos dependem da movimentação utilitária que o interlocutor faça de suas informações afim de entender o discurso propriamente dito.

Reafirmando as idéias de Orlandi (2007, p. 37), vale salientar que na análise de discurso, distinguimos o que é criatividade do que é produtividade. A “criação” em sua dimensão técnica é produtividade, reiteração de processos já cristalizados. Regida pelo processo parafrástico, a produtividade mantém o homem num retorno constante ao mesmo espaço dizível: produz a variedade do mesmo. Por exemplo produzimos frases da nossa língua, mesmo as que não conhecemos, as que não havíamos ouvido antes, a partir de um conjunto de regras de um número determinado.

Ao tratarmos de criatividade e de produtividade, o discurso político se faz exemplo, desses processos, pois o locutor está sempre retomando o que foi dito, e com isso se beneficia da validação desse já dito, concedendo ainda mais validade na reiteração do discurso proferido, mesmo que ele já tenha sido usado antes.

Segundo Orlandi (2007, p.38), a paráfrase é a matriz do sentido, pois não há sentido sem repetição, sem sustentação no saber discursivo, e a polissemia e a fonte da linguagem uma vez que ela é a própria condição de existência dos discursos pois se os sentidos - e os sujeitos - não fossem múltiplos, não pudessem ser outros, não haveria necessidade de dizer. A polissemia é justamente a simultaneidade de movimentos distintos de sentido no objeto simbólico. Esse jogo entre paráfrase e polissemia atesta o confronto entre o simbólico e o político. Todo dizer é ideologicamente marcado. É na língua que a ideologia se materializa. Nas palavras do sujeito. O discurso é o lugar do trabalho da língua e da ideologia.

Para dar continuidade ao aprofundamento teórico desta dissertação abordaremos no próximo tópico questões pertinentes ao discurso político.

2.4 Discurso Político

“O discurso político é, por excelência o lugar de um jogo de máscaras. Toda palavra pronunciada no campo político deve ser tomada ao mesmo tempo pelo que diz e não diz”

Patrick Charaudeau. 2006

O jogo político que o locutor constrói permite que o interlocutor signifique e resignifique os vocábulos e o discurso em um contexto sócio-histórico-político, considerando o que pode ser compreendido no aspecto intra-texto e no extra-texto, para assim entender até o que não é dito no discurso.

Segundo Charaudeau (2006, p. 37), a análise do discurso, contrariamente às disciplinas precedentes, não se questiona sobre a legitimidade da racionalidade política, nem sobre os mecanismos que produzem esse ou aquele comportamento político, nem sobre as

explicações causais, mas sobre os discursos que tornam possíveis tanto a emergência de uma racionalidade política quanto à regulação dos fatos políticos.

A análise do discurso político invocou em seu início o materialismo histórico e uma teoria das ideologias tal como ela foi definida por Althusser. Em seguida, ela se apropriou, ao final do trabalho crítico, do conceito de formação discursiva proposto por Foucault e deu lugar às pesquisas que tinham por objetivo revelar os pressupostos ideológicos que se escondiam sob a linguagem, isso com a ajuda de métodos de análise, tais como: análises automática, distribucional e lexicométrica.

Para Charaudeau (2006), os estudos que se desenvolveram sobre o discurso político procuram combinar vários desses métodos: uma análise lexicométrica que, utilizando um método de tratamento estatístico dos corpora, tenta determinar os universos semânticos e os posicionamentos dos locutores implicados de uma maneira ou de outra no campo político; uma análise enunciativa que evidencia os comportamentos locucionais dos atores da vida política, para além do seu posicionamento ideológico; uma análise argumentativa que tenta evidenciar as lógicas de raciocínio que caracterizam os ditos posicionamentos.

Retomando as afirmações acima, as teorias sobre o discurso político fundamentam-se sua teoria nos componentes históricos percebidos na constituição de um discurso, pois eles nos fornecem pistas para verificar uma maneira de pensar e de agir de uma determinada época. Além disso, podemos verificar também os processos da formação ideológica no discurso político, uma vez que o locutor ao pronunciar seu discurso o faz carregado de sua ideologia, e da ideologia que os interlocutores acreditam que o locutor tenha, ou ainda, faz da ideologia dos interlocutores a sua ideologia. Assim, os destinatários escutam precisamente o que gostariam de ouvir pelo locutor, e este por sua vez sabe precisamente o que falar para os interlocutores que ele se remete.

Nas reflexões feitas por Charaudeau, há uma tentativa de associar três métodos no intuito de analisar o discurso, levando em conta aspectos como o sentido, a posição do sujeito, o enunciado, e as formações ideológica e discursiva. São esses elementos que no universo político serão responsáveis pelo entendimento do discurso.

Ainda segundo Charaudeau (2006, p.39), o discurso político não esgota, de forma alguma, todo o conceito político, mas não há política sem discurso. Este é constitutivo

daquela. A linguagem é o que motiva a ação, a orienta e lhe dá sentido. A política depende da ação e se inscreve constitutivamente nas relações de influência social, e a linguagem, em virtude do fenômeno de circulação dos discursos, é o que permite que se constituam espaços de discussão, de persuasão e de sedução nos quais se elaboram o pensamento e a ação políticos. A ação política e o discurso político estão indissociavelmente ligados, o que justifica o estudo político pelo discurso.

Verifica-se que as instâncias enunciativas do discurso perpassam a linguagem concedendo-a sentido, pois a ação política mantém relação com o social, e isso faz o discurso político circular permitindo ao locutor elaborar a ação do discurso político, que segundo Charaudeau funciona como elemento de persuasão e de sedução do locutor ao pronunciar – fazer uso - de seu discurso.

Há diferentes lugares onde se fabrica o pensamento político, que não está reservado apenas aos responsáveis pela governança nem aos solitários pensadores da coisa política. A produção do sentido é, uma vez mais, uma questão de interação e é, portanto, segundo os modos de interação e a identidade dos participantes implicados que se elabora o pensamento político.

Assim, propomos distinguir três lugares de fabricação do pensamento político, conforme veremos a seguir.

O discurso político como sistema de pensamento é o resultado de uma atividade discursiva que procura fundar um ideal político em função de certos princípios que devem servir de referência para as construções das opiniões e dos posicionamentos. Já o discurso político como ato de comunicação concerne mais diretamente aos atores que participam da cena da comunicação política, cujo desafio consiste em influenciar as opiniões a fim de obter adesões, rejeições ou consensos. Aqui, o discurso político dedica-se a construir imagens de atores e a usar estratégias de persuasão e de sedução, empregando diversos procedimentos retóricos. E o discurso como comentário não está necessariamente voltado para um fim político. O propósito é o conceito político, mas o discurso inscreve-se em uma situação cuja finalidade está fora do campo da ação política: é um discurso a respeito do político, sem risco político.

O discurso político pode ser verificado dentro do governo, correspondendo a um desafio de ação no qual a palavra política se faz performativa para poder governar com os parceiros diversos, mas também o discurso político pode ser verificado de fora do governo, correspondendo a um desafio de deliberação no qual o vocábulo circula entre esses mesmos parceiros sem que estes tenham poder de decisão. Nos dois casos percebemos que a linguagem está ligada à ação. Para ilustrar tal situação veremos o que Arendt (apud CHARAUDEAU 2006, p. 41) tem a dizer:

sem o acompanhamento da linguagem, a ação não perderia somente seu caráter revelador, ela perderia também, por assim dizer, seu sujeito; não haveria homens, mas robôs executando atos que, humanamente falando, permaneceriam incompreensíveis. A ação muda não seria mais ação, pois não haveria mais ator e o ator, este fazendo de atos, não é possível se ele não for, ao mesmo tempo falador de palavras. A ação que começa é revelada humanamente pelo verbo, e ainda que possamos perceber seu ato em sua aparência física bruta sem acompanhamento verbal, o ato não adquire um sentido senão pela palavra na qual o agente identifica-se como ator, anunciando o que ele faz, o que ele fez, o que ele quer fazer.

Nesse sentido, a linguagem assume lugar de destaque perante a ação política, pois o sujeito não teria espaço no discurso, perdendo conseqüentemente sua identificação, comprometendo a ação do discurso político. Além disso, salientamos a importância do “vocábulo”, que por sua vez apresenta juntamente com a ação política o entendimento do que se faz, do que se fez, e do que quer fazer.

Ainda assim, o discurso político tem lugar na sociedade, transitando nos grupos que simpatizam com o que foi dito pelo locutor, como esse trânsito se dá em lugares diferentes não podemos garantir que as ações políticas sejam concebidas da mesma forma, uma vez que temos grupos ideologicamente favoráveis e contra o locutor.

Retomando o pensamento de Charaudeau (2006, p. 52), no tocante à comunicação política, dizemos que todo discurso se constrói na intersecção entre um campo de ação, lugar de trocas simbólicas organizados segundo relações de força, e um campo de enunciação, lugar dos mecanismos de encenação da linguagem. É assim com o discurso político, desse modo explicando ao mesmo tempo sua heterogeneidade, do ponto de vista das múltiplas significações que dela podem advir, e sua estabilidade, da perspectiva das possibilidades de comportamentos enunciativos de que dispõe o sujeito político.

O discurso político, no que concerne às suas significações e a seus efeitos, não resulta da simples aplicação de esquemas de pensamento pré-construídos que se reproduziriam sempre da mesma maneira quer se esteja do lado dos dominantes ou dos dominados. As significações e os efeitos resultam de um jogo complexo de circulação e de entrecruzamento dos saberes e das crenças que são construídos por um e reconstruídos por outros.

Nessa linha de pensamento, de reações ao mesmo tempo emocionais e intelectivas e de interações em situações particulares em que eles estão alternadamente em posição de dominante e dominado. Diremos que as significações do discurso político são fabricadas, simultaneamente, pelo dispositivo da situação de comunicação e por seus atores.

O locutor antes de elaborar o seu discurso, lança mão de alguns efeitos de significação que pressupõe circular entre o destinatário e o seu grupo social, facilitando o acesso do conteúdo do discurso a grupos sociais diferentes, promovendo a troca de conhecimentos e valores construídos ao longo do tempo.

Para continuar o aprofundamento teórico desta dissertação abordaremos na próxima seção estudos sobre a palavra.

2.5 Introdução à palavra como unidade léxica

Partindo das leituras de Biderman (2001, p.100), é importante dizer que a noção de palavra varia conforme o nível de consciência do falante. Nas culturas ocidentais, herdeiras do patrimônio greco-latino, ao lado da intuição espontânea, se sobrepõe à longa tradição gramatical, em que o indivíduo aprendeu a isolar palavras, a identificá-las e a opor-lhes rótulos.

Para a linguística não é tão simples assim definir a *palavra*, uma vez que ao conceituá-la estaremos delimitando a forma com que iremos trabalhar com ela, como por exemplo, dizer que com palavras podemos formar frases, estamos a grosso modo dizendo que iremos realizar um trabalho formalista.

Ainda situado em Biderman (2001), vale conferir outras possibilidades de definição de *palavra*. A partir da ideia de signo linguístico, temos por exemplo, a fala infantil que se caracteriza pela fala holofrástica. É através de exemplos da fala de crianças de 10 a 18 meses que verificamos o significado do uso de palavras isoladas, correspondendo a uma sentença; dito isso, afirmamos que essa possibilidade de estudo da palavra se configura pela aquisição do signo linguístico.

A respeito do parágrafo acima vejamos o que Leopold (apud BIDERMAN 2001, p. 101) afirma:

a palavra tem inicialmente um significado e um valor mal definidos: refere-se a um complexo nebuloso, fatural e emocionalmente; só gradualmente seus componentes fatuais e emocionais se tornam mais claros, resultando discriminações léxicas e sintáticas.

Dito isso, reafirmamos o pensamento de Biderman no tocante à forma de aquisição do signo linguístico usado para enfatizar a realidade psicolinguística da palavra. Considerando as primeiras manifestações de uma linguagem articulada significante são sempre palavras isoladas, com valor de sentença, então a palavra é uma entidade psicolinguística primordial a primeira que articula o discurso humano.

Aprofundando esta discussão, levantamos três critérios que segundo Biderman (2001) têm sido utilizado por linguístas para delimitar e definir a palavra: 1- fonológico, 2- gramatical (morfossintático), 3- semântico.

Para melhor explicar os critérios acima, vejamos o que Biderman (2001, p. 137) afirma sobre o critério fonológico.

1. Critério Fonológico:

A palavra pode ser imperfeitamente caracterizada como uma sequência fonológica que recorre sempre com o mesmo significado. De fato, a cadeia da fala pode-se isolar as palavras pausando nas fronteiras de cada vocábulo, sobretudo se a velocidade do discurso obedecer ao ritmo “largo”. Em outras palavras, às vezes escandimos as sílabas, na velocidade mais lenta possível, quando queremos fazer o nosso interlocutor perceber com nitidez cada uma das palavras que pronunciamos.

Uma palavra seria, pois, uma sequência fônica que constituísse uma emissão completa. A velocidade normal da fala não é, porém, o “largo” mas o “andante” e o “alegreto”. Contudo, qualquer que seja a velocidade da emissão oral, os locutores fazem pausa normalmente nos limites das palavras e não no seu interior.

Quase todos os linguístas concordam com a fragilidade do critério fonológico na delimitação das palavras. Muitas vezes as fronteiras vocabulares não coincidem com os limites de um grupo fônico.

2. Critério gramatical (morfofossintático)

Uma vez reconhecidas unidades léxicas em potencial no interior do enunciado, através da análise fonológica (potencialidade de pausa, acento da palavra, outras regras fonológicas), devemos submeter os segmentos assim isolados às regras morfofossintáticas que atuam no sistema linguístico em consideração. Isso porque, embora haja correspondência entre um vocábulo fonológico e um vocábulo mórfico, nem sempre existe entre ambos coincidência rigorosa. Nessa segunda etapa da análise haveria dois critérios atuando simultaneamente: a) a classificação gramatical da palavra, em função dos marcadores morfofossintáticos que ela apresenta e, portanto, filiação a determinados paradigmas; b) a função exercida pela palavra na sentença. Por conseguinte, estaremos supondo um critério formal a um critério funcional.

3. Critério semântico

Quase toda a literatura linguística produzida a partir dos anos trinta marginalizou o significado como ponto de referência na descrição linguística. De uma maneira geral, os formalistas desconfiavam profundamente da semântica, razão por que ele ficou de quarentena.

Partindo desse pressuposto vemos o que Ullmann (apud BIDERMAN 2001, p. 149) afirma:

Parece que hoje a semântica está numa posição ambígua. Depois de muitas hesitações, ela se submeteu à influência das grandes idéias estruturalistas que revolucionaram a lingüística do século XX e essa reorganização teórica produziu alguns resultados notáveis.

Esse pensamento de Ullmann se constitui focalizando as décadas de cinquenta e sessenta, momento em que as ideias de Chomsky e Harris estavam em alta, indicando tendências para os estudos linguísticos.

Ampliando a discussão dos parágrafos anteriores, Biderman (2001, p. 158) afirma que a segmentação do enunciado, com a finalidade de reconhecer as unidades léxicas que o compõem, apresenta uma série de dificuldades. Antes de mais nada, lembremos que este problema remete à questão da definição da palavra. Porém, cabe aqui ressaltar que o conhecimento da unidade léxica resulta da conjugação dos vários níveis de análise – fonológico, morfossintático e semântico.

Ainda pautado em Biderman (2001), a segmentação do discurso em vocábulos supõe a identificação das unidades léxicas no plano da língua, ou seja, quando segmentamos uma sequência discursiva, estamos reconhecendo implicitamente, nessa sequência, ocorrências de unidades léxicas existentes em línguas cuja presença registramos no enunciado.

Nesse sentido, trabalhar com a palavra não é tarefa tão simples, visto que a mesma, não é facilmente definida pela comunidade linguística, pois seus estudos eram feitos isoladamente dificultando suas possibilidades de análise.

O reconhecimento das unidades léxicas, não é, portanto, uma operação simples. Pois às vezes o estudioso da língua se defronta com numerosas ambiguidades de difícil solução, pois serão considerados apenas os conteúdos de forma geral a morfologia e a sintaxe.

Segundo Biderman (2001, p. 159), vale ressaltar que não resta dúvida que os critérios sintáticos são primordiais, dada a sua aplicabilidade geral. Seja qual for a tipologia da língua considerada, a função sintática exercida na oração é sempre fundamental. Aliás, quanto mais pobres forem os quadros morfológicos de uma língua, tanto mais se evidenciará esse valor funcional.

Concordando com as ideias da autora, no tocante à função sintática exercida pela palavra nos variados tipos de língua, é importante dizer que o valor sintático-semântico da palavra dependerá da estrutura de cada língua, uma vez que para identificar a função das palavras em um texto dependemos dessa estrutura sintática.

Reafirmando Biderman (2001, p. 161), é importante frisar que as lexias têm seu significado e a sua função dependentes do macrocontexto e não apenas do enunciado em que se encontrarem. Iniciam um verso, isto é, um período, mas funcionam como conectivos entre o contexto anterior e o período.

Vejamos o que diz esta citação no tocante a palavra. (BIDERMAN, 2001, p. 161):

A frase se realiza em palavras, mas as palavras não são simplesmente seus segmentos. Uma frase constitui um todo, que não se reduz à soma de suas partes; o sentido inerente a esse todo é repartido entre o conjunto dos constituintes. A palavra é um constituinte da frase, ela torna efetiva a significação da mesma; mas ela não aparece necessariamente na frase com o sentido que tem como unidade autônoma.

É separando o todo nas suas partes constituintes que poderemos considerar a articulação e os significados globais do enunciado e até mesmo do discurso. Contrariamente, a categoria das unidades léxicas em línguas se manifesta ao nível do discurso.

CAPÍTULO 3

ASPECTOS METODOLÓGICOS E ANÁLISE

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS E ANÁLISE

Conforme mencionado no capítulo anterior, será adotada a ADF como suporte teórico-metodológico. Sistematizada por Pêcheux, com seus representantes no Brasil, Orlandi por exemplo, que propõem que o discurso, em especial o político, seja analisado considerando sua ideologia, e suas formações ideológica e discursiva.

Para melhor ilustrar a questão, veremos como se processa a compreensão de um plano analítico do discurso, Orlandi (2007).

Em um primeiro momento, levamos em consideração alguns elementos sobre o discurso analisado: 1) discurso; 2) constituição ideológica.

Em um segundo momento, apresentaremos uma possibilidade de compreensão dos elementos discursivos acima citados:

- Análise dos textos escritos, visando a compreensão dos efeitos de sentido advindos da seleção vocabular e da análise léxico ideológica no discurso político (paráfrase, antonímia e sinonímia). Além disso, iremos considerar a formação ideológica, uma vez que ela contempla os conceitos de ideologia no discurso e em suas ações.

No discurso político, a ideologia é produzida a partir das ações políticas ao longo da trajetória do político, levando em conta os processos sociais que estão no entorno do discurso, constituindo, com isso, efeitos ideológicos nos vocábulos. Dessa forma, o nosso enfoque consiste em observar a produção de efeitos no discurso, quais as estratégias usadas em sua escrita, e de que modo os vocábulos selecionados são usados para produzir sentidos.

Para tanto, o percurso metodológico desta dissertação teve início com a escolha de um discurso político, cujo locutor fosse uma personagem historicamente representativa no Estado de Pernambuco, tendo sido o político escolhido e ex-governador Miguel Arraes. Em um segundo momento, realizamos um levantamento das obras publicadas pelo político escolhido, visando a escolha do corpus para análise, haja vista que o ex-governador possui uma vasta produção escrita publicada. A escolha recaiu na obra “*O Brasil, o povo e o poder*” pois se fazia necessário escolher um discurso que atendesse a proposta da linha de pesquisa.

Dessa forma, o início da pesquisa tomou como base a sistematização de Michel Pêcheux (1990) com “*Por uma análise automática do discurso*”, que teve sua primeira publicação em 1969, onde propunha uma nova forma de analisar o texto, deixando um pouco de lado a proposta estruturalista de Harris, que atendia apenas às questões estruturais da língua não existindo espaço para a análise de significados/sentidos no discurso.

Para tratar das ideias sobre a AD, tomamos no Brasil dois de seus representantes, Orlandi (1988, 2001, 2007) e Brandão (2007). A primeira estudiosa, discípula de Pêcheux, destaca o tratamento ao texto, e o mesmo passa a ser alvo de análise, e não mais a frase como queriam os estruturalistas. Dito isso, salientamos ainda a importância do sujeito ideológico, a linguagem e o materialismo histórico, essenciais para a compreensão do texto. A segunda estudiosa, também discípula de Pêcheux, diz que cabe à AD trabalhar seu objeto (o discurso) inscrevendo-o na relação da língua com a história, buscando na materialidade linguística as marcas das contradições ideológicas.

Já as noções de discurso político estão ancoradas em Charaudeau (2006). Vale afirmar que o discurso político fundamenta sua teoria nos componentes históricos percebidos na constituição de um discurso, pois eles nos fornecem pistas para verificar a maneira de pensar e de agir em uma determinada época.

Para as noções de ideologia, buscamos apoio em Chauí (2008) e Fiorin (2007), com seus respectivos estudos sobre ideologia, onde a primeira, filósofa, com uma visão marxista fundamenta seus estudos na divisão social da força de trabalho; o segundo, linguista, igualmente a Chauí também fundamenta seus estudos na visão marxista de ideologia, porém enfatiza a linguagem. O discurso político caracteriza-se também por trabalhar com uma série de valores sociais tais como: ‘poder para o povo’, ‘igualdade social’, ‘direito trabalhista’, entre outros. Esses valores estão inseridos na ideologia do locutor e são reconhecidos pelos interlocutores no momento em que são ditos nos discursos.

Podemos dizer que o locutor ao usar as estratégias de discurso lança mão da argumentação, e do poder de persuasão para construir o discurso político que divulga suas ideologias, especialmente para esta pesquisa, foram selecionados discursos da década de sessenta. Neste caso, noções e acontecimentos políticos já construídos anteriormente, foram condenados durante o golpe militar de 1964.

Optou-se, dessa maneira, por especificar três momentos históricos que mostram grande influência na escritura do Livro *'O Brasil o povo e o poder'*: numa primeira fase temos o início da gestão de Miguel Arraes em 1963, quando verificamos nitidamente a forte atuação com os trabalhadores do campo; num segundo momento temos o golpe propriamente dito e a deposição de Miguel Arraes pelos militares; e em seguida o pós-golpe com o exílio de Arraes e os Atos Institucionais.

A partir daí, tivemos de selecionar os discursos, uma vez que não seriam analisadas todas as categorias encontradas no livro *'O Brasil o povo e o poder'*. As categorias apresentadas são: discurso sobre a Colonização Brasileira, a República Velha, a Revolução de 1930, o Governo Vargas, Movimentos sociais do país, O Golpe de Estado de 1964, O Regime Militar, e o Movimento Popular.

Entre as categorias citadas, destacamos em especial três: O golpe de estado de 1964, o Regime Militar e o Movimento Popular, pois nestes discursos selecionamos os vocábulos que serão analisados, sobretudo numa perspectiva discursiva.

Em um primeiro momento, a análise dos vocábulos selecionados será realizada partindo de uma investigação do contexto histórico e social para identificarmos o sentido e a constituição ideológica dos vocábulos analisados; em seguida será verificado o sentido dicionarizado destes vocábulos para entendermos às possibilidades de sentido apresentado no discurso e outros; e por fim sua relação com a linguagem.

3.1 Análise de Dados

Na abordagem para análise do discurso político de Miguel Arraes, em especial, no livro *“O Brasil, o povo e o poder”*, enfatizamos a seleção vocabular como um pano metodológico para entender os mecanismos parafrásticos e polissêmicos de constituição dos discursos sobre os “Movimentos Populares”, “O golpe de estado de 1964” e “O regime militar”. Para o desenvolvimento das etapas de análise da dissertação nos pautamos em Osakabe (2002) que nos orienta no tocante ao recorte realizado no discurso onde são definidas as organizações temáticas.

Segundo Osakabe (2002, p. 47) é importante frisar que os “Movimentos Populares”, representando a primeira etapa da análise, está incluída no subconjunto “Discurso de Tensão”, sendo caracterizados como discursos pronunciados durante momentos entendidos claramente como de confronto. Já a segunda e terceira etapa de análise compreende os discursos sobre “O golpe de estado de 1964” e o “Regime Militar”, estão incluídos no subconjunto “Exército e Forças Armadas”, que se caracteriza por possuir interlocuções ou inferências de discursos militares nos discursos pronunciados pelo locutor.

Visto isso, partimos para a seleção vocabular, em especial do vocábulo POVO, nas três etapas da análise, considerando uma abordagem sócio-político-ideológica, visando a compreender as possibilidades e feitos de sentido que o vocábulo analisado ao ser contextualizado possa apresentar.

Para tanto, apresentamos também o sentido dicionarizado do vocábulo POVO, para assim relacioná-lo numa perspectiva semântica uma vez que nas análises serão verificadas também as possibilidades de substituição de POVO por outros vocábulos com contextos históricos, sociais e políticos relacionados.

Segundo o *Dicionário da Língua Portuguesa*, Ferreira (1986, p. 1375), podemos conceituar etimologicamente o vocábulo POVO da seguinte forma:

POVO: (Do Latin populu.) S.m

1. Conjunto de indivíduos que falam a mesma língua, têm costumes e hábitos idênticos, afinidades de interesses, uma história e tradições comuns.
2. Os habitantes de uma localidade ou nação.
3. V. povoado.
4. Aglomeração de gente; multidão.
5. O conjunto das pessoas que constituem o corpo de uma nação, que se submetem as mesmas leis.
6. O conjunto das pessoas pertencentes às classes menos favorecida; plebe.
7. V. ralé.
8. Fig. Grande número; quantidade.
9. Bras. A família.
10. Bras. P . ext. As pessoas que nos cercam; os colegas; os amigos; os companheiros; gente.

Partindo de outro autor temos o *Dicionário de usos de português do Brasil*, Borba (2002, p. 1247) que conceitua etimologicamente o vocábulo POVO da seguinte forma:

POVO: N.m

1. Conjunto de indivíduos que falam a mesma língua, têm costumes e hábitos idênticos, afinidades e interesses, uma história e tradições em comum.
2. Os habitantes de uma localidade ou região.
3. Aglomeração de pessoas.
4. Gente.
5. O conjunto de pessoas pertencentes às classes menos favorecidas; plebe.
6. Família.
7. Grande Quantidade.

8. Seguidor.

E ainda o *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*, Houaiss (2001, p. 2275) conceitua etimologicamente o vocábulo POVO da seguinte forma:

POVO: /ô/ s.m.

1. Conjunto de pessoas que falam a mesma língua, têm costumes e interesses semelhantes, história e tradições comuns.
2. Conjunto de pessoas que vivem em comunidade num determinado território; nação; sociedade.
3. Conjunto de indivíduos de uma mesma região, cidade, vila ou aldeia.
4. Conjunto de indivíduos de uma mesma ou de várias nacionalidades, agrupados num mesmo estado.
5. Conjunto de pessoas que não habitam no mesmo país, mas que estão ligadas por uma origem, sua religião, ou qualquer outro laço.
6. Conjunto de cidadãos de um país em relação aos governantes.
7. Conjunto de pessoas que pertencem à classe mais pobre, à classe operária; plebe.
8. Conjunto de cidadãos de um país, excluindo-se os dirigentes e a elite econômica.
9. Multidão de pessoas.
10. Grande número, grande quantidade (de algo).
11. Terceiro estado da nação, antes da Revolução Francesa (clero, nobreza e povo)
12. Lugarejo, aldeia, vila, pequena povoação.
13. A gente de casa; a família.
14. Turma, gente.
15. As nações.

Já no *Novo Dicionário de Língua Portuguesa*, Rios (1998, p. 589) o vocábulo POVO apresenta o seguinte:

POVO: (ô) S.m.

1. Conjunto de habitantes de um país ou de uma localidade.
2. Multidão de gente.
3. O público, considerado em seu conjunto.
4. A classe inferior e mais numerosa de um país; plebe; ralé.
5. Fig. Grande número ou quantidade.
6. Pop. A gente da casa, a família.

E por último apresentamos o *Dicionário da Língua Portuguesa*, Perfeito (2009, p. 1272) que conceitua etimologicamente POVO da seguinte forma:

POVO: [o] n.m

1. Conjunto de indivíduos que tem a mesma origem, a mesma língua, e partilham instituições, tradições, costumes e um passado cultural e histórico comum.
2. Conjunto de indivíduos que ocupam um território determinado e formam uma unidade política, com leis próprias e sob a direção do mesmo poder.
3. População em geral.
4. Conjunto da maioria dos indivíduos de um país, por ocasião às classes dirigentes ou às classes mais favorecidas material e culturalmente.
5. Comunidade de uma região, vila ou aldeia.
6. Pequena povoação; lugarejo.
7. Público.

Considerando, como foi dito, que nesta análise há a possibilidade de estabelecer relações semânticas do vocábulo POVO com outros, apresentamos algumas palavras que contextualmente podem substituir o vocábulo POVO. Na primeira etapa de análise temos: MASSA, BRANCOS, ÍNDIOS, MESTIÇOS, GRUPOS, ASSALARIADOS AGRÍCOLAS, CAMPONESES, CLASSES OPRIMIDAS, TRABALHADORES DAS CAMADAS POBRES, MASSA DE ASSALARIADOS URBANOS, POPULAÇÃO, CLASSE MÉDIA, CLASSE POBRE.

Na segunda etapa de análise temos: FORÇAS POPULARES, GRUPOS, BURGUESIA NACIONAL, PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO, PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO, PATRONATO, ASSALARIADO, CAMPONESES, MASSAS POPULARES.

Na terceira etapa de análise temos: PESSOAS, GRUPOS, BURGUESIA BRASILEIRA, ASSALARIADO, MASSA CAMPONESA, MASSAS BRASILEIRAS OPRIMIDAS, GRUPOS, MASSAS POPULARES.

Dito isso, adiantamos que a substituição do vocábulo POVO por esses vocábulos acima citados foram selecionados para exemplificar no processo de análise como a criatividade do locutor representando o retorno dos espaços (discursos) do que já foi dito.

3.1.1 Primeira etapa da análise: “Movimento Popular”

Nesta primeira etapa de análise, apresentamos quinze fragmentos do discurso selecionado para verificar como se atribuiu sentido aos vocábulos escolhidos. Partimos do vocábulo POVO, uma vez que registramos a ocorrência dele doze vezes e também por apresentarem informações diferentes. Em seguida, nossa análise recai nos demais vocábulos negritados. Visto que cada ocorrência tem sua particularidade, a relação de sentidos aqui será vista como um dos elementos responsáveis pela compreensão do discurso.

1. *“... Tratando-se de um país dominado de forma colonial ou semicolonial, o conceito de POVO relaciona-se à idéia de libertação nacional, - é o POVO que luta por essa libertação. Nessa perspectiva, é preciso examinar as diversas etapas da história do Brasil para definir POVO pelo papel que desempenhou...” (2006, p. 167, grifo nosso)*

A primeira ocorrência do vocábulo POVO no fragmento 1 toma como recorte de tempo o período colonial ou semicolonial do nosso país. Nele encontramos pistas que nos remetem a alguns pressupostos onde afirmamos a existência de uma relação de poder, que é caracterizado pela posição exercida, grosso modo, por duas categorias distintas “um senhor” e um “não senhor” (CHAUÍ 2008). aqui “o senhor” é representado pelos nobres colonizadores – portugueses – e “o não senhor” é representado por indígenas e africanos. Ainda no mesmo fragmento, o locutor alerta para a perspectiva histórica que a análise pode ser direcionada, pois o não senhor pode ser representado por categorias diferentes, porém sua relação com o “senhor” permanece a mesma. Nesse caso, podemos relacionar o vocábulo POVO de acordo com o Dicionário Aurélio (1986) com: 02 – *Habitantes de uma localidade; Nação*, e ainda, 01 – *Conjunto de indivíduos que falam a mesma língua, têm costumes e hábitos idênticos, afinidades e interesses, uma história e tradições comuns*. Além disso, destacamos também, segundo Fiorin (2007), os atos de fala enfatizando o discurso, pois ele é a combinação de elementos linguísticos, usados pelo locutor com o propósito de exprimir seus pensamentos, de falar do mundo exterior ou de seu mundo interior, de agir sobre o mundo.

2. *“... Eram as tribos indígenas que, no momento da descoberta constituíam o POVO. Em seguida, vieram os NEGROS reduzidos a escravatura. Sua aspiração era simples: escapar de seu dono pela fuga ou pela violência, individualmente ou em grupo. Uma vez fugidos, reuniam-se aos milhares e organizavam verdadeiras comunidades africanas, os ‘quilombos’, dos quais o mais importante foi o Quilombo dos Palmares que havia agrupado uma MASSA considerável de escravos.[...] Partiram da guerra contra os holandeses (1645-1649), OS BRANCOS, OS NEGROS, OS ÍNDIOS E OS MESTIÇOS. O recrutamento de combatentes de origem tão diferentes, organizado pelos donos de plantações de cana-de-açúcar, proporcionaram a realização de uma autêntica guerra popular com o uso do método*

de guerrilha em tropas formada à maneira européia. O estabelecimento da dominação portuguesa era o objetivo dessa luta ...”(2006, p. 168, grifo nosso)

No fragmento 2, o locutor afirma o que deixou nas entrelinhas do fragmento 1, ao informar que quem constituía o povo eram as tribos indígenas e em seguida os negros reduzidos à escravidão. Para tanto, observamos o uso dos vocábulos “os brancos, os negros, os índios, e os mestiços”, no lugar do vocábulo POVO caracterizando uma sinonímia, pois se relacionam diretamente com a demarcação temporal determinada pelo locutor do discurso. Temos, então, o significado do vocábulo “POVO” representando todos os indivíduos que ocupavam espaço em nosso país, independente da nacionalidade. Ainda no fragmento 2, o locutor substituiu POVO por NEGRO; nesta mesma condição estão mestiço, branco, e índio. Eram eles que constituíam parte do povo ao qual o locutor se referia. Quando se refere aos negros o locutor ainda acresce duas informações “africanos e escravos”, com isso especificando sua nacionalidade e sua condição social e econômica, e mais ainda, quando especifica escravo sabemos que eram africanos traficados para trabalhar nas lavouras do Brasil “negro” = “africano/escravo”. Dito isso, aludimos para a consideração do locutor, eram africanos, mas estavam situados econômico-social-politicamente em nosso país, e isso os colocavam como parte integrante do povo. Ao fazer uma alusão ao “branco europeu”, ocupando espaço em nosso país em um tempo situado na história, o locutor também o coloca como povo. Quando confrontamos essas duas categorias de povo o “Branco” e o “Negro” percebemos também uma relação de poder, pois o branco representa uma burguesia colonial e o negro o operário escravizado, além disso, na atribuição de sentidos verificamos uma relação antonímica entre essas distintas categorias. Considerando esse contexto, convergimos com uma das definições do Dicionário Aurélio (1986) que conceitua POVO como: 02 – *Habitantes de uma localidade; nação.*

3. *“... As diversas revoltas que se desencadearam nas províncias puderam também contar com a participação do POVO. Só discutiam a respeito de aspectos particulares da dominação portuguesa, sem ousar contestá-la radicalmente. Foi o caso da revolta de Beckman no Maranhão. Rico exportador de algodão, chegou a ter o poder por mais de um ano na província (1692) com o apoio da POPULAÇÃO, mas sempre disposto a submeter-se à coroa...” (2006, p. 169, grifo nosso)*

Em análise do fragmento 3 percebemos que o significado do vocábulo POVO permaneceu o mesmo em relação aos outros fragmentos analisados. Apresentando elementos novos ao discurso que desencadeiam uma característica diferente, pois o POVO não era meramente indivíduos que ocupavam espaço em nosso país, mas também participantes ativos dos movimentos que aconteciam em nosso país. Nesse sentido o locutor atenta para as revoltas que desencadearam as províncias, e enaltece a participação do POVO nessas revoltas. Partindo desse pré âmbulo, podemos elencar algumas qualidades ao vocábulo POVO. Se participaram de uma revolta para desencadear posteriormente uma província, podemos considerá-los “Revoltados”, e mais ainda, algo foi conquistado, então se pressupõem que houve uma batalha e que lutaram para alcançar o que se almejava. No discurso não encontramos nenhuma palavra explícita que caracterizasse o POVO como guerreiro ou como lutador, simplesmente o locutor apresenta o fato, e coloca o POVO como participante da revolta. Ainda no fragmento 03, temos o vocábulo “população”, que além de tratar de forma generalizada aqueles que compõem o POVO colocando-os em uma mesma categoria é usado também como sinonímia, pois está substituindo negros, índios, mestiços. A sinonímia ocorre especificamente com esses vocábulos por que no fragmento se refere à população que o ajudou a chegar no poder trabalhando em suas lavouras de algodão. Então neste caso específico não enquadrámos o branco pelo fato de ser uma sinonímia de europeu, de burguês. Recorrendo ao Dicionário Aurélio (1986) temos no Conceito 02 o seguinte: *Habitantes de uma localidade; Nação*, reafirmando a sinonímia usada no discurso do locutor.

4. ***“...O POVO adotou o partido dos senhores locais contra aqueles que pensavam ser o inimigo principal. [...] O POVO limitava-se a entrar em combate pela solução de conflito entre a Metrópole e os aliados coloniais. Não era possível ainda a formulação de um objetivo mais geral, pois não havia uma estrutura mais complexa, o que ocorreu na segunda metade do século XVIII, quando as classes média adquiriram uma certa importância no conjunto da população...” (2006, p. 170, grifo nosso)***

No fragmento 4, observamos o sentido do vocábulo POVO atrelado a “os senhores locais”, logo verificamos que numa relação de “senhor” há sempre um “não senhor” Chauí (2008) em seu livro “*O que é ideologia*” apresenta essa ideia pautada na concepção de

relação social de trabalho e aborda o poder exercido por uma elite burguesa e dominante. Considerando a demarcação temporal do locutor “o senhor” aqui é representado pelos grandes proprietários de terras e pelos colonizadores, e o “não senhor”, é representado aqui, por exemplo, pelos indivíduos que lutaram nas revoltas que desencadearam as províncias, os índios, os negros, ou seja, os que estavam abaixo do poder que os “senhores” representavam. Nesse contexto, o sentido do vocábulo POVO pode ser comparado, considerando seu contexto, com uma das definições apresentadas pelo Dicionário Aurélio (1986) 05- *O conjunto de pessoas que constituem o corpo de uma nação, que se submetem as mesmas leis.* Além disso, vale salientar que de acordo com Fiorin (2007) há outra abordagem, encontrada neste fragmento, também importante, na relação da linguagem e ideologia, como por exemplo, o lugar das determinações ideológicas na linguagem, pois o discurso em si tem uma estrutura ideológica.

5. *“... A revolta dos indígenas, as fugas dos escravos, os movimentos revolucionários do período colonial tinham feito surgir, pouco a pouco, no POVO, a consciência de um objetivo mais importante: a ruptura dos laços com a metrópole. [...] O acordo feito pela independência foi muito particular, pois ela foi proclamada por um príncipe português, herdeiro do trono de Portugal. Poderia facilmente reduzir-se a uma proclamação formal de autonomia. O POVO, então, tentou dar-lhe um conteúdo real, e encontrou a seu lado os grupos dominantes da sociedade brasileira, para quem o término dos interesses portugueses devia permitir o estabelecimento de laços econômicos com a Inglaterra. Esses mesmos grupos – as correntes moderadas - combatiam o poder, mas sem querer destruí-lo, por receio da perda de seus privilégios, inclusive a escravidão...” (2006, p. 172, grifo nosso)*

Ao longo do discurso constatamos o crescimento de forma positiva da constituição do significado do vocábulo POVO proposto pelo locutor, pois no fragmento 5 começam a despertar o sentimento de cidadão, a partir do momento que é posta a mostra a reflexão do povo no tocante as revoltas indígenas e a fuga dos negros escravos, como também a tentativa de participação do POVO no sentido de combater os interesses mascarados de um forte grupo burguês da sociedade, pois esses mesmos grupos combatiam o poder – representado em sua maioria por Portugal -, porém não abriam mão de privilégios como por exemplo, a escravidão.

Segundo o locutor, os interesses desse grupo burguês são mascarados pelo fato de ideologicamente defenderem um discurso de combate à ideologia da coroa portuguesa, que se beneficiam da escravidão dos negros e da mão de obra indígena. Bem, se há um repúdio a essas ações por parte desse grupo burguês, então por que permanecer com elas?. Contextualmente, este discurso está situado no período colonial, momento que a escravidão foi um elemento determinante para fazer fortuna para “os senhores”, visto que eram os negros com seu trabalho escravo que movimentavam a economia da região. Considerando estes elementos, relacionamos o sentido do vocábulo POVO expresso pelo locutor, com a definição do Dicionário Aurélio (1986) 01- *Conjunto de indivíduos que falam a mesma língua, têm costumes e hábitos idênticos, afinidades de interesses, uma história e tradições comuns*, para enfatizarmos a relação de sentido existente entre ambos. Dito isso, ressaltamos outra abordagem, na perspectiva de Fiorin (2007) quando o mesmo diz que é importante salientar que o discurso tem uma estrutura, e diante de um texto caótico dizemos: “Isso não significa nada”. Sabemos distinguir um texto de um não-texto. Porque o discurso é estruturado. E esse fragmento (5) analisado é um exemplo de um discurso estruturado.

6. *“... Essas diversas revoluções não se relacionavam entre si, o que facilitava a repressão, pois o poder tinha a possibilidade de deslocar suas tropas de um lugar para outro, segundo as circunstâncias. AS CLASSES DOMINANTES conseguiram, assim, confiscar as aspirações de independência e apresentá-la como definitivamente adquirida, quando na realidade, subordinavam a economia do Brasil à Inglaterra. [...] Incorporou-se ao POVO uma burguesia nascente que sonhava com a industrialização e defendia os ideais de revolução francesa e americana, ideais que desde muito tempo AS CLASSES MÉDIA E POBRE haviam feito seus...”(2006, p. 173-174, grifo nosso)*

Na ocorrência do vocábulo “POVO”, no fragmento 6, temos outro dado importante e responsável pela incorporação do grupo burguês que ascendeu em meio aos pensamentos de ideais revolucionários franceses e americanos. Neste importante fragmento, ressaltamos a comparação realizada pelo locutor sobre a forma de pensar dos burgueses nascentes – uma nova categoria de POVO – que sonhavam com a industrialização, além de defender os ideais de revolução francesa e inglesa, - os ideais franceses: a solidariedade, a igualdade e a

fraternidade sofreram influência da revolução americana. Vemos que esta afirmação do locutor coloca o POVO brasileiro no mesmo patamar que o POVO francês na forma de pensar idéias revolucionárias, e salienta ainda que esses pensamentos estavam impregnados às classes média e pobre e que desde antes já os havia tomados para si. No mesmo fragmento temos a expressão “classe dominante” que o locutor apresenta uma construção de sentidos bastante interessante, pois ao mesmo tempo este vocábulo que é contextualizado como uma sinonímia de povo, é também usado de forma positiva e de forma negativa no discurso, em sentido positivo por que estava em processo de mando no momento em que se encontra a frente das tropas em diversas revoluções, mas em situação desfavorável se visto subordinado à economia inglesa. Em si tratando da sinonímia “classes média e pobre” no próprio fragmento o locutor usa elementos linguísticos que marcam o processo sinonímico pois as classes média e baixa são colocadas como parte do povo que emergiu com o crescimento da industrialização. Queremos neste fragmento salientar o processo de sinonímia do vocábulo POVO recorrendo às definições do Dicionário Aurélio (1986) 05 – *O conjunto das pessoas que constituem o corpo de uma nação, que se submetem às mesmas leis*, para assim, justificar nossa afirmação.

7. *“... Os movimentos populares não haviam, até então, encontrado eco nas cidades. As condições miseráveis nas quais viviam – e vivem ainda – os camponeses eram suficientes para impedir a formação de qualquer organização do seu seio. Nas grandes propriedades, os ASSALARIADOS AGRÍCOLAS não tinham nenhum recurso contra a semi-escravidão à qual eram reduzidos...” (2006, p. 174, grifo nosso)*

Neste fragmento, nossa ênfase recai em “assalariados agrícolas”, que de acordo com Andrade (2004) faz alusão a um momento importante na história de Pernambuco, 1963-1964, quando Miguel Arraes governador de Pernambuco neste citado ano, quando ele reúne para conversa no Palácio do Campo das Princesas, os representantes das Ligas Camponesas, os Usineiros e o Ministério do Trabalho, para decidir como se processaria a valorização do trabalhador rural. Antes desse evento essa expressão “assalariado agrícola” não era muito utilizada, uma vez que o trabalhador rural não tinha salário fixado, portanto não era nomeado de tal forma. Com base neste relato, apresentamos essa expressão “assalariado agrícola”

como uma sinonímia do vocábulo POVO, colocando-o como uma das muitas categorias abordadas pelo locutor em seu discurso, configurando-o como parte integrante da nação, e especificamente de Pernambuco. No processo de conceituação recorreremos ao Dicionário Aurélio (1986) 05 – *O conjunto das pessoas que constituem o corpo de uma nação*, para enfatizar nossa afirmação. Dito isso, retomamos o fragmento (7) para segundo Charaudeau (2006) reafirmar que o jogo político que o locutor constrói permite que o interlocutor signifique e resignifique as palavras e o discurso em um contexto sócio-histórico-político, considerando o que pode ser compreendido no aspecto intra-texto e no extra-texto, para assim entender até o que não é dito.

8. *“... Reduzido a impotência, a maioria se deixava levar pelo inconformismo, enquanto uma minoria tentava expressar sua rejeição de forma inconsciente e primitiva. Foi o caso dos bandos armados que faziam a lei na Caatinga, às vezes admirados, às vezes temidos pelos CAMPONESES do sertão do Nordeste. [...] Essas duas manifestações que foram verdadeiras guerras civis, foram inscritas em um conjunto de lutas menos importantes, mas reveladoras da situação que reinava no país. A miséria dos CAMPONESES os conduzia ao desespero e à revolta. Essas lutas não tiveram dimensão política embora tenha sido reações contra as estruturas sociais da época. Tais manifestações de violência foram várias vezes exploradas por chefes locais que se serviam dos CAMPONESES para criar verdadeiros exércitos particulares e aumentar, assim, sua influência junto aos governos dos estados...”*
(2006, p. 176, grifo nosso)

Para realizar a análise do vocábulo “camponeses” neste fragmento, faz-se necessário contextualizá-la histórica e socialmente para entendermos sua relação de sentidos e compará-los com o significado do vocábulo POVO. Essa situação em que se encontravam os “camponeses” denuncia que o período deste acontecimento ocorreu antes do acordo do campo firmado pelos Usineiros, pelo Ministério do Trabalho, e pelos líderes das Ligas Camponesas. Antes do acordo do Campo, a situação dos camponeses era complicada, pois o governo da época - Cid Sampaio – era totalmente contra qualquer manifestação por parte dos camponeses, e quando algum protesto acontecia a polícia era autorizada a usar a força para conter os manifestantes. Além disso, as condições pelo qual se submetiam para trabalhar eram

comparadas a situações escravagistas, uma vez que eram obrigados a desempenhar suas atividades profissionais numa jornada de trabalho exaustiva, sem salário mínimo fixado, sem hora extra e sem condições de moradia. Nesse contexto, o sentido do vocábulo “camponeses”, no fragmento, é usado como sinonímia do vocábulo POVO, para validar esta relação de sinonímia recorreremos a uma das definições do Dicionário Aurélio (1986) 06- *O conjunto das pessoas pertencentes às classes menos favorecida; plebe.*

9. ***“... Não era sempre que na cidade a luta política se desenrolava e que recrutava suas tropas. A estabilidade da oligarquia dominante não oferecia nenhuma chance de expressão a uma oposição sem meios. No início da República, o número reduzido de trabalhadores não proporcionava ações de MASSA. Algumas greves realizaram-se desde o século passado, mas a dimensão política da classe trabalhadora era ainda muito limitada...” (2006, p. 177, grifo nosso)***

Neste fragmento, nossa seleção vocabular recai no item “massas”, que de acordo com seu contexto histórico e social podemos compreendê-la como uma sinonímia de POVO. Para entender a constituição de sentidos do vocábulo destacado no fragmento recorreremos a algumas passagens no tempo que explicam a relação de sinonímia. Atentamos para a situação organizacional que se encontrava a “massa”, nesse recorte representado por trabalhadores, que por estarem envolvidos em alguma ação em massa, caracteriza-os como assalariados, uma vez que manifestações, protestos e greves são ações peculiares a essa categoria de trabalhadores que o locutor situa no fragmento. Dito isso, é importante frisar que ao recorrer às definições do vocábulo POVO no Dicionário Aurélio (1986) 06 - *O conjunto das pessoas que constituem o corpo de uma nação, que se submetem as mesmas leis,* reafirmamos nossa intenção no tocante a relação de sinonímia entre ambas.

10. ***“.. Com o tempo, o crescimento das populações das cidades mudou a composição do POVO, incorporando em seu meio um maior número de operários, de artesãos e de proprietários de pequenas e médias indústrias que começaram a lhe dar mais força...” (2006, p.177, grifo nosso)***

A ocorrência do vocábulo POVO, mostra uma atualização de sentido que se adéqua à marcação temporal subentendida no discurso do locutor, pois no texto encontramos as pistas que confirmam esta atualização. Uma destas pistas foi o inevitável advento da industrialização e a outra o crescimento de proprietários de pequenas e médias indústrias. Nesse sentido, os operários e artesãos passaram a compor e a fazer parte do povo, atuando ativamente na história de nosso país, assim afirma o locutor. A essa nova composição e atualização do vocábulo POVO atentamos para a relação patrão/operário que muito se aproxima aos conceitos de ideologia marxista, que tem como base de sua teoria a relação de poder estabelecida entre trabalho manual e trabalho intelectual Chauí (2008). Com essa perspectiva temos o sentido do vocábulo POVO, relacionado com a definição do Dicionário Aurélio (1986) *01 - Conjunto de indivíduos que falam a mesma língua, têm costumes e hábitos idênticos, afinidades de interesses, uma história e tradições comuns*. Além disso, recorreremos às idéias de Orlandi (2007) no tocante a ADF para entender questões sobre aspectos sociais, culturais e históricos, quando a mesma fala que interroga a linguística pela historicidade, questionando o materialismo o simbólico e se demarca na psicanálise pelo modo como trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele.

11. “... A revolução durou 20 dias e o movimento começou simultaneamente no Rio Grande do Sul, no Nordeste e em Minas Gerais. Nas tropas dominavam os elementos da classe média, mas a participação de TRABALHADORES DAS CAMADAS POBRES não foi negligenciada foi decisiva em alguns lugares – embora a atitude reticente das organizações sindicais...” (2006, p. 181, grifo nosso)

Partir do materialismo histórico da ADF para contextualizar o sentido da expressão “trabalhadores das camadas pobres” é organizar informações para afirmar que a citada expressão pode ser substituída pelo vocábulo POVO. Para nos localizarmos no tempo, usaremos uma informação do locutor neste fragmento que diz o seguinte “*organizações sindicais*”. Constituindo uma categoria das classes desprivilegiadas, discriminadas, e pouco conceituada perante a sociedade, essa categoria de trabalhadores sofreu com as mazelas sociais que deles faziam parte. Dito isso, vale salientar que esse panorama se favoreceu do populismo que ganhava força em nosso país, pois o governo para colocá-lo em prática,

precisava beneficiar de alguma forma os indivíduos que faziam parte das camadas pobres. Para validar nossa afirmação recorreremos consideramos esta breve contextualização e recorreremos às definições do vocábulo POVO junto ao Dicionário Aurélio (1986) *06 - O conjunto das pessoas pertencentes às classes menos favorecida; plebe*, visando a compreensão da relação de sentido do vocábulo com seu contexto.

12. “... Era a época, no mundo inteiro, das frentes antifascistas, e o partido comunista preconizava a formação de uma organização que reunisse todas as CLASSES OPRIMIDAS para lutar contra o feudalismo, o imperialismo e o fascismo...” (2006, p. 183, grifo nosso)

Neste fragmento, verificamos a relação de sentidos entre a expressão “classes oprimidas” e o significado do vocábulo POVO para afirmarmos a possibilidade de substituição numa proposta de sinonímia. Para tanto, atentamos para o diálogo da expressão “classes oprimidas” usada pelo locutor, com Paulo Freire e seu livro “*Pedagogia do Oprimido*”. Na intenção de validar esta substituição levantamos algumas reflexões acerca da constituição da relação de sentido entre POVO e CLASSES OPRIMIDAS, uma vez que o discurso do locutor – Miguel Arraes – dialoga com o discurso freiriano pois, no primeiro mandato de Arraes, Freire fora Secretário de Educação, então suas idéias permeavam a todo momento o discurso do ex-governador, pois Freire e Arraes compartilhavam ideologias advindas do populismo de Getúlio Vargas, tendo em vista que o populismo oferecia serviços e benefícios as camadas menos privilegiadas, só assim seria configurado como tal. Freire com sua pedagogia do oprimido levou educação a lugares e pessoas esquecidas pelo poder público onde jamais se imaginaria que a máquina pública pudesse chegar, primeiro com o movimento de cultura popular vivenciado no final da década de 50 e início da década de 60, no momento em que Arraes era prefeito do Recife, pois a cultura e a educação era levada a pessoas que viviam nos morros e alagados, e nas usinas trabalhando na plantação, colheita e moagem da cana-de-açúcar. Nesse contexto, recorreremos as definições no Dicionário Aurélio (1986) *06 - O conjunto das pessoas pertencentes às classes menos favorecida; plebe*, para nortear as relações de sentidos entre ambos vocábulos. Além disso, apresentamos segundo Orlandi (2007) a importância da compreensão da análise de texto como uma possibilidade de interpretação, porém, para que isso aconteça faz-se necessário um rompimento com o

estruturalismo saussuriano para assumir uma postura que prioriza o materialismo histórico, a ideologia e o sujeito.

13. “... O movimento popular continuava limitado as zonas urbanas onde foram criadas as condições favoráveis para o surgimento de um poderoso movimento de MASSAS...” (2006, p. 187, grifo nosso)

Considerando o argumento histórico do locutor quando o mesmo enfatiza a possibilidade do “*surgimento de um poderoso movimento*”, situamo-nos antes do golpe militar. Considerando esta premissa nos detemos em uma ação específica onde os usineiros eram os mentores da autorização que levou a polícia a reprimir a “massa” usando a força para acabar com qualquer movimento que estivesse encabeçado pelas massas, pois para eles, esses movimentos se organizados conseguiriam restabelecer a democracia em nosso país. Tomando essa informação como pressuposto o vocábulo “massas” foi empregado como sinônimo de POVO, pois ao recorrermos a definição do vocábulo POVO no Dicionário Aurélio (1986) 01 - *Conjunto de indivíduos que falam a mesma língua, têm costumes e hábitos idênticos, afinidades e interesses, uma história e tradições comuns*, constatamos a relação de sentidos existente entre elas.

14. “... A antiga união nacionalista de Vargas utilizava a MASSA DOS ASSALARIADOS URBANOS para assegurar a hegemonia da burguesia nacionalista. A falsa união nacional de Dutra era outra coisa: a política econômica-financeira do governo visava a eliminar essa hegemonia e favorecer os investimentos estrangeiros...” (2006, p. 190, grifo nosso)

Partindo da idéia de “massa dos assalariados urbanos” nesse fragmento, percebemos que sua contextualização sinaliza para o momento do regime militar que a burguesia se beneficiava do serviço da massa trabalhadora urbana para assegurar seu lugar de poder na sociedade. Mas os militares ao perceber que junto ao crescimento econômico da classe burguesa estava atrelado o crescimento de poderes, logo cuidaram de eliminar o que denominaram de hegemonia burguesa, visando a apenas seu próprio benefício e dos

investidores estrangeiros. É apresentando para o leitor de forma negativa a expressão destacada no fragmento, que o sentido do vocábulo POVO pode ser comparado a “massa dos assalariados urbanos” pois temos uma categoria sendo usada apenas para a manutenção de outra categoria que se encontra numa situação mais privilegiada. Nesse contexto, a abordagem da expressão em destaque, é apresentada nesta análise como uma sinonímia de POVO, pois ao verificar sua definição no Dicionário Aurélio (1986) 05 – *O conjunto das pessoas que constituem o corpo de uma nação, que se submetem as mesmas leis*, notamos a possibilidade de sua substituição mediante o contexto.

15. *“... Podia ser nacionalista tanto o industrial como o operário, o liberal como o comunista, desde que se opusesse à dominação estrangeira. No governo Vargas, essa união era válida, pois a categoria POVO ia desde o proletário até a burguesia industrial...” (2006, p. 199, grifo nosso)*

Neste recorte, a análise do vocábulo POVO, será realizada considerando a própria informação do locutor, quando o mesmo diz que *“a categoria POVO ia desde o proletariado até a burguesia industrial”*. Partindo desse contexto, vale salientar que nesse momento o país estava vivendo no regime militar, e isso significa dizer também que a influência da dominação estrangeira era fortemente marcada pela presença dos militares norte americanos em nosso país. Nossa escolha por um elemento textual que nos revelem pistas para entender a relação de sentidos do vocábulo POVO, no fragmento analisado, se deve pelo fato de o locutor considerar que todas as classes sociais indistintamente fazem parte do POVO. Nesse entendimento, notamos que POVO, assume significados que dependendo do contexto e da categoria que o representa pode ser substituído tanto uma relação de antonímia como de sinonímia. Aprofundando um pouco mais esta análise, recorreremos aos significados encontrados no Dicionário Aurélio (1986) e apresentamos a definição 01: *Conjunto de indivíduos que falam a mesma língua, têm costumes e hábitos idênticos, afinidades e interesses, uma história e tradições comuns*, para validar nossa reafirmação de que o vocábulo POVO pode se referir a todas as classes sociais. Nesse sentido, destacamos também segundo Charaudeau (2006) que o discurso político tenta determinar os universos semânticos e os posicionamentos dos locutores implicados de uma maneira ou de outra no campo político. E a exemplo dessa afirmação de Charaudeau temos o fragmento (15)

3.1.2 Segunda etapa da análise: “O Golpe de Estado de 1964”

Na segunda etapa de análise, apresentamos oito fragmentos do discurso selecionado para verificar como se atribuiu sentido aos vocábulos escolhidos. Partimos do vocábulo POVO para verificar como seu sentido está relacionado com o contexto do discurso, em seguida nossa análise continua nos demais vocábulos negritos.

1. ***“... o golpe de Estado foi o resultado de uma dupla incapacidade: a de Goulart, impotente para governar o país e opor-se às manobras reacionárias, e a das FORÇAS POPULARES, incapazes de se entender para chegar a uma ação, a partir de uma visão comum dos problemas...” (2006, p. 214, grifo nosso)***

No fragmento 1, temos uma sinonímia, pois a expressão “forças populares” no discurso foi usado para evitar a repetição do vocábulo POVO. Para explicar nossa afirmação partimos da ênfase no discurso do locutor no tocante à força política do Presidente João Goulart, que por improbidade administrativa, segundo o locutor, não soube administrar nosso país colocando-se conseqüentemente impotente perante o golpe. Impotente por exercer o cargo de presidente da república, e no momento do golpe se viu sem autoridade para combatê-lo. Em se tratando de “forças populares”, pelas pistas encontradas no discurso percebemos que se refere a classes menos privilegiadas, pois não tem uma organização, um comando, e se há não era eficiente o bastante para garantir a unidade e os interesses em comum de uma classe, vejamos o que o locutor afirma: *“incapazes de se entender para chegar a uma ação, a partir de uma visão comum dos problemas”*, considerando este fragmento em destaque percebemos que o locutor usa a expressão “forças populares” na tentativa de evitar a repetição do vocábulo POVO, mas para isso a expressão usada precisa ter um sentido contextual de POVO, para tanto, buscamos sua definição junto ao Dicionário Aurélio (1986) 05- *O conjunto das pessoas que constituem o corpo de uma nação, que se submetem as mesmas leis*. Justificando dessa forma nossa afirmação.

2. ***“... A tese que defendia era a de que convinha uma total integração da economia brasileira com a dos Estados Unidos, como o único caminho capaz de promover***

eficientemente o desenvolvimento do Brasil. Radicalmente desprovidos do ideal nacional, esses GRUPOS procuravam, na subordinação aos interesses imperialistas, uma garantia para a preservação de seus próprios interesses...” (2006, p. 216-217, grifo nosso)

Contextualizando o vocábulo “grupos” no discurso do locutor, observamos algumas pistas que indicam em qual momento histórico o locutor insere seu discurso. Tomamos como premissa o seguinte “*total integração da economia brasileira com a dos Estados Unidos*”, esse elemento indica que o vocábulo “grupos” está situado no período do regime militar, justamente no momento que o Brasil estava sendo influenciado pelos militares dos Estados Unidos. Nesse contexto, os militares brasileiros colocavam todas as classes sociais numa condição de subordinação aos EUA, que tinham como uma de suas metas a preservação dos interesses dos militares brasileiros que estavam à frente do golpe. Como o sentido do vocábulo “grupos” nesse fragmento nos concede margem para afirmar que o mesmo abrange todas as classes sociais indistintamente de situação econômica, política e social. Considerando essas informações, fizemos uso da definição do Dicionário Aurélio (1986) 05- *O conjunto das pessoas que constituem o corpo de uma nação, que se submetem as mesmas leis*, configurando, dessa forma, mais uma sinonímia uma vez que “grupos” sinaliza uma substituição às categorias que outrora foram configuradas como pertencentes ao vocábulo POVO. Além disso, destacamos no fragmento (2), segundo Brandão (2007) que cabe a AD trabalhar o discurso inscrevendo-o na relação da língua com a história, buscando na materialidade linguística as marcas das contradições ideológicas.

3. *“... No plano ideológico, a BURGUESIA NACIONAL expressava-se em uma linguagem que se referia a todo um corpo de doutrina imutável para combater a dominação estrangeira e promover os verdadeiros interesses do país. O Nacionalismo transformou-se em uma arma ideológica da burguesia industrial brasileira que se encontrava em plena expansão econômica e ascensão política...”(2006, p. 217, grifo nosso)*

Neste fragmento, chamamos a atenção para o primeiro indício que nos coloca diante do espaço temporal do recorte em análise “*combater a dominação estrangeira*”, tendo em

vista que durante o Regime Militar a dominação estrangeira atuou no Brasil com consentimento dos militares que estavam no poder, com isso os E.U.A tentaram se beneficiar haja vista seu apoio aos líderes que encabeçavam o golpe de 1964. Partindo desse breve arcabouço sócio-histórico sinalizamos para uma possibilidade de relação da expressão “burguesia nacional” com o vocábulo POVO, como uma relação de antonímia pois a citada expressão está se referindo a uma classe social privilegiada e POVO pode também ser conceituado/definido, segundo o Dicionário Aurélio (1986) como: 06 – *O conjunto de pessoas pertencentes às classes menos favorecidas – e o conceito 07 - Ralé.*

4. *“... Durante esse período da evolução da burguesia brasileira, a influência pessoal de Vargas foi considerável para o conjunto das forças políticas. Em 1945, ele havia criado dois partidos, o PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD) e o PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB), e assumindo sua presidência em uma hábil manobra para capitalizar sua influência pessoal em benefício da industrialização do país. O PSD era o partido da classe dominante. Expressava a unidade fundamental de interesses existentes entre os setores industrial e latifundiário da burguesia brasileira. Foi por essa razão que se fixou entre as cidades e o campo. Orientou-se mais precisamente na defesa desses interesses e se tornou rigorosamente fiel a eles, até 1964. O PTB pretendia realizar a união dos trabalhadores. Sua função no interior do sistema era de reaproximar as grandes massas urbanas da burguesia industrial que necessitava delas para consolidar sua posição...” (2006, p. 218, grifo nosso)*

Neste fragmento, temos um dado interessante pois o locutor evita a repetição do vocábulo POVO usando o significado da sigla de dois partidos políticos o Partido Social Democrático PSD que representava a “classe dominante” e “burguesia industrial”. Nesse recortes a substituição por sinonímia reportam-se diretamente às classes dominantes da sociedade, que segundo Chauí (2008) determinam a ideologia que será imposta como correta, valorizando os aspectos sociais, culturais e econômicos a que eles pertencem. Ainda no fragmento 04 encontramos também outra possibilidade que o locutor usou para substituir o vocábulo POVO novamente ao utilizar o significado da sigla PTB “Partido Trabalhista Brasileiro”, aqui referindo-se a: “união dos trabalhadores”, “massas urbanas” entre outras.

Confrontando as classes e colocando em posições distintas. Essa substituição feita por sinonímia deve-se considerar também seu contexto e não apenas seu significado, pois o significado da legenda partidária para indicar representação de classes sociais, ou seja, o Partido Social Democrático – PSD - representando a classe dominante e o Partido Trabalhista Brasileiro - PTB - representando a classe dos trabalhadores. Era o patrão e o empregado representados por uma esfera política, e não por uma esfera social. Neste caso, usamos as definições do vocábulo POVO segundo o Dicionário Aurélio (1986) 02 - *Os habitantes de uma localidade ou nação*, representando respectivamente as classes sociais aqui citadas

5. “... Considerando sob o ângulo político, o movimento nacionalista consistia em um pacto entre o PATRONATO e os ASSALARIADOS em benefício do desenvolvimento e da independência econômica do país...” (2006, p. 218, grifo nosso)

No fragmento 05, temos duas situações distintas, o uso dos vocábulos “patronato” e “assalariado” para evitar a repetição do vocábulo POVO. Ao analisarmos os vocábulos “patronato” e “assalariado” registramos uma relação de antonímia, onde um exerce uma relação de poder, de autoridade, sobre o outro. O locutor apresenta uma parte forte, no caso o “patronato”, que precisa da força do “assalariado” para se manter no poder. Neste recorte observamos um pacto entre essas duas classes sob o argumento de que o benefício seria para ambos, pois o que está em questão é o desenvolvimento econômico do país nesta época, centralizado no desenvolvimento econômico da burguesia dominante. Diante disso, poderíamos até afirmar que as duas partes seriam beneficiadas, mas em escalas diferentes tendo em vista como já foi dito, o controle do desenvolvimento econômico por parte da burguesia dominante, ou seja, do patronato. Nesse sentido, O Dicionário Aurélio (1986) nos fornece definições de POVO que reafirmam nossa tese pertinente a relação de sentidos aos vocábulos em análise. 02 - *Os habitantes de uma localidade ou nação*. Partindo para outra perspectiva no fragmento (5), concordando com Charaudeau (2006) ressaltamos que na análise enunciativa que evidencia os comportamentos locucionais dos atores da vida política, para além do seu posicionamento ideológico; uma análise argumentativa que tenta evidenciar as lógicas de raciocínio que caracterizem os ditos posicionamentos.

6. ***“... Em outros termos, o movimento nacionalista só poderia contar com o POVO. A burguesia cedia diante das condições ditadas pela situação econômica...” (2006, p. 221, grifo nosso)***

Neste fragmento, temos a ocorrência do vocábulo POVO, apresentado no discurso como uma classe sem prestígio, sem força política e econômica. Tomado como um dos elementos constituintes de nossa análise a frase: *“só poderia contar como povo”* que nos ajudará a compor o contexto histórico deste estudo. Antes de entrar na análise propriamente dita, salientamos que nesse período, pós 1964, estávamos em plena ditadura militar, e todos os movimentos que tinham como base o povo eram censurados por que os militares acreditavam cegamente que os únicos manifestos que tinham força suficiente para retirá-los do poder eram aqueles provenientes do povo. Aprofundando nossa análise, apresentamos o sentido negativo da expressão *“só poderia contar”*, concedendo-nos idéias de algo sem importância, de que está desfazendo-se dessa classe social. Para melhor entendermos este fragmento vale lembrar que esta fala específica não é do locutor do discurso analisado, e sim dos militares que estavam no poder, portanto temos uma interlocução que nos leva a uma paráfrase. Para validar essa breve contextualização recorreremos a definição no Dicionário Aurélio (1986) 06 - *O conjunto das pessoas pertencentes às classes menos favorecida; plebe*. Além disso, chamamos a atenção no fragmento (6), segundo Fiorin (2007) e reafirmamos que é comum no discurso a apropriação de outros discursos, pois no campo político a argumentação pode ser vista como uma manipulação consciente.

7. ***“... Parece, então, que as circunstâncias impunham, a partir dessa data uma reforma política que só foi tentada nos últimos anos do governo Goulart, quando as poucas medidas tomadas tinham apenas o apoio das MASSAS POPULARES. Não foi criada uma estrutura política unitária, resolutamente antiimperialista, e capaz de assumir suas responsabilidades diante de uma nova tomada de posição...” (2006, p. 230, grifo nosso)***

No fragmento 07, registramos a ocorrência sinonímica *“massas populares”*. Antes de tratar da sinonímia vamos verificar como se constituiu histórica e socialmente a relação de sentidos de *“massas populares”* com o vocábulo POVO. Diante desse recorte observamos que

o locutor situa a expressão selecionada num momento em que Jango – presidente da república deposto pelos militares no golpe militar de 1964 - apresentava certa fragilidade no tocante à administração pública, pois durante sua gestão havia rumores de uma conspiração encabeçada pelos militares e com total apoio das tropas americanas para retirá-lo do poder, e mesmo diante desse cenário Jango não montou estratégias de governo antiimperialista, e isso o enfraqueceu no momento de relutar contra o golpe. Jango se tornou um dos principais alvos dos militares não apenas pelo fato de ser presidente da república, mas também, porque era visto como o governista que mais se aproximava das ações populistas de Vargas, e que atendiam em sua maioria às “massas populares”. Essa aproximação de Jango com essa categoria específica do POVO preocupava muito os militares, pois segundo Andrade (2006) era a única força organizada capaz de desestabilizar as ações promovidas pelo golpe. Nesse contexto, essa categoria, “massa popular”, é posta neste fragmento como uma sinonímia uma vez que, é possível sua substituição pelo vocábulo POVO, que de acordo com o Dicionário Aurélio (1986) pode significar *01: Conjunto de indivíduos que falam a mesma língua, têm costumes e hábitos idênticos, afinidades e interesses, uma história e tradições comuns*. Visto isso, adentramos em questões ligadas a ADF vista no fragmento (7), que segundo Orlandi (2007) vale salientar que um dos pontos fortes da análise de discurso é resignificar a noção de ideologia a partir das considerações de linguagem privilegiando dois aspectos: o locutor que elabora o discurso, e o interlocutor que recebe o discurso para assim verificar como se dá a reação do interlocutor ao entender a mensagem do discurso. Que juízo ele faz do referente?. Que juízo ele faz do locutor?.

8. “... Mesmo que não seja esta oposição individual de alguns empresários como patriotas, continua a se a da burguesia, enquanto classe. Nessas condições, é o POVO e as classes pobres e média da sociedade brasileira que devem assumir a direção de luta pela libertação nacional...” (2006, p. 230, grifo nosso)

Partir de elementos que configuram a relação de significados do vocábulo POVO neste fragmento como, por exemplo, “*é o povo e as classes pobres e médias da sociedade brasileira que devem assumir a direção de luta pela libertação nacional*”, requer algumas considerações que perpassam uma contextualização histórica e o social. Um dos elementos que integram esse contexto são as ações arbitrárias do golpe militar. Essas ações foram os

decretos dos Atos Institucionais, que segundo Rocha (2007) foram considerados a mais violenta forma de repressão. Visto isso, atentamos para as possibilidades de sentido atribuídos ao vocábulo POVO, que ao ser convocado para lutar e libertar a nação, assume um papel social, dentro da sociedade, porém esta convocação não o coloca na mesma condição social dos outros grupos sociais. Assim, a atribuição de significados de POVO é aqui entendida como: *O conjunto de pessoas que constituem o corpo da nação, que se submetem às mesmas leis*. Dicionário Aurélio (1986). Além disso, é importante frisar no fragmento (8) que segundo Fiorin (2007) o locutor faz e organiza sua estratégia discursiva em função de um jogo de imagens: a imagem que ele faz do interlocutor, a que ele pensa que o interlocutor tem dele, e a que ele deseja transmitir ao interlocutor.

3.1.3 Terceira etapa da análise: “O Regime Militar”

Na terceira e última etapa de análise, apresentamos dez fragmentos do discurso selecionado para verificar como se atribuiu sentido aos vocábulos escolhidos. Seguindo o processo das etapas anteriores, partimos da palavra POVO visando a compreensão do sentido da mesma nos discursos selecionados, e num segundo momento partiremos para as outras palavras negritadas.

1. *“... E não é menos certo que podem ser substituídos rapidamente, se falharem. É, portanto, necessário o conhecimento político e econômico perfeito da realidade nacional e da ação imperialista, de forma a identificar PESSOAS e GRUPOS que se colocaram a seu serviço...” (2006, p. 233, grifo nosso)*

No fragmento 01, temos os vocábulos “pessoas” e “grupos”, apresentados pelo locutor como “classe dominada”. Para entendermos a relação de sentidos dos vocábulos selecionados, apresentamos alguns elementos do período em que o imperialismo reinava no país sob a forte influência dos militares americanos que durante o golpe ocuparam espaços estratégicos no Brasil ao lado de militares brasileiros, que estavam no comando impondo, sobretudo a fidelidade ao regime militar, sendo poupados apenas os que estivessem ao seu

serviço e cumprindo ordens sem cometer falhas. Visto isso, verificamos que há aqui uma interlocução, pois em seu discurso o locutor acrescenta em sua própria fala ao intercalar um texto próprio dos militares (releitura) caracterizando dessa forma uma paráfrase. Partindo dessa breve contextualização verificamos que os vocábulos selecionados no fragmento foram usados como uma sinonímia na intenção de evitar a repetição da palavra POVO, nesse sentido, recorreremos a definição de POVO no Dicionário Aurélio (1986) 05 - *O conjunto das pessoas que constituem o corpo de uma nação, que se submetem as mesmas leis*, objetivando mostrar a relação de sentido entre ambas. Visto isso, cabe aqui trazer as idéias de Brandão (2007) no que se refere à ADF, e diz que analisar o discurso é fazer desaparecer e reaparecer as contradições, é mostrar o jogo que jogam entre si; é manifestar como pode exprimi-las, dar-lhes corpo, ou emprestar-lhe uma fugidia aparência.

2. ***“... No plano econômico, o controle direto de produção do país. Esse controle supõe uma estreita aliança com a BURGUESIA BRASILEIRA, preocupada com o essencial. As atitudes isoladas de alguns empresários opostos a essa subordinação não constituem posição de classe...”(2006, p. 233, grifo nosso)***

Para contextualizar a expressão “burguesia brasileira”, neste fragmento, recorreremos a alguns elementos necessários para a compreensão dos sentidos em relação ao vocábulo POVO. Partiremos então, das posturas que norteiam a citada expressão, que a apresentam como legítima representante de sua classe social, se analisado pelo seguinte foco *“preocupada com o essencial”*. É importante frisar que esse entendimento da burguesia brasileira ganha fôlego no momento em que as classes desfavorecidas durante o regime militar encontram-se em sua maioria desassistidas, tendo em vista que essa ação enfraqueceria qualquer movimento popular liderado pelas massas. Ampliando um pouco mais esse enfoque, atentamos para as “alianças”, como indica o locutor, intencionalmente constituídas para manter a classe burguesa a serviço dos militares. No diálogo entre “burguesia brasileira” e POVO, salientamos uma relação de antonímia, pois ao conceituarmos POVO partindo da definição do Dicionário Aurélio – 07: *Conjunto de pessoas pertencentes às classes menos favorecida; plebe.* – perceberemos que se referem a classes sociais opostas, caracterizando, assim a antonímia.

3. ***“... As primeiras medidas do governo Castelo Branco, no domínio da limitação dos créditos à economia, foram apresentados ao POVO como necessárias para o saneamento da moeda e a liquidação da inflação...” (2006, p. 234, grifo nosso)***

Antes de analisar a ocorrência do vocábulo POVO no fragmento 03, vale salientar que o governo de Castelo Branco se deu em pleno Regime Militar, um dos períodos mais repressores de nosso país, pois os militares tomaram o poder da nação pela força. Estávamos no início da ditadura e num momento de grande repressão, e de coerção aos políticos populistas da linha getuliana, tendo em vista que o populismo assegurava alguns benefícios ao povo, que mais tarde foram interrompidos inicialmente pelos Atos Institucionais I, II e III. Então, quem era o povo no período da ditadura? . Era uma categoria que passou a ter ainda menos privilégios, quase “invisíveis”, e todas as ações dos militares eram pensadas no sentido de estagnar a força política, econômica, e organizacional. Nesse contexto relacionamos o significado de POVO a idéia de – 05: *O conjunto de pessoas que constituem o corpo de uma nação, que se submetem as mesmas leis*. Considerando ainda o fragmento (3), de acordo com Fiorin (2007), é importante dizer que a linguagem vem juntar-se aos fenômenos sociais, pois não podemos considerá-lo como algo desvinculado totalmente da vida social, reduzindo-o ao nível ideológico.

4. ***“... Havia alguns setores do patronato que não participavam dessa aliança e não tiravam benefício direto dessa associação. Mas não se duvida de que todos eram solidários a um interesse comum: a manutenção do ‘status quo’ e a redução da participação dos ASSALARIADOS na receita nacional. A predominância de um setor particular da produção nunca pôde destruir essa solidariedade essencial entre os diferentes grupos das classes dominantes...” (2006, p. 237, grifo nosso)***

Neste recorte, nossa análise recai no vocábulo “assalariados” aqui empregado como uma substituição sinonímica. Vejamos agora como se constituiu o contexto histórico social deste fragmento para entendermos como assalariados substitui o vocábulo POVO numa relação de sinonímia. Partiremos da seguinte pista *“Mas não se duvida de que todos eram solidários a um interesse comum: a manutenção do ‘status quo’ e a redução da participação dos assalariados na receita nacional”*. Esta relação do vocábulo assalariado indica que foi

apresentado no momento em que o regime militar estava ditando as leis em nosso estado e atrelado a atuação das classes burguesas que também exerciam poder, porém essa atuação era acompanhada por um representante dos militares haja vista que os mesmos estavam no poder e contavam ainda com o apoio do imperialismo Norte Americano. Visto isso, atentamos para um detalhe importante e específico para as classes menos privilegiadas pois são os que a constituem os que podemos chamar de assalariados, já os indivíduos que constituem a classe burguesa não poderiam assim ser chamados, por sua remuneração profissional ser superior. Considerando toda contextualização, recorreremos ainda a uma das definições do vocábulo POVO encontrada no Dicionário Aurélio (1986) – 06: *O conjunto de pessoas pertencentes às classes menos favorecidas; plebe.* - para entendermos sua construção de sentidos.

5. *“... Essa legislação, cujo objetivo era corrigir os inconvenientes econômicos do latifúndio, previa uma ação em duas direções: de um lado a criação de uma classe média rural, economicamente estável, e que se situaria entre os grandes proprietários e a MASSA CAMPONESA; de um lado, a elevação da produtividade das explorações agrícolas pela mecanização e adoção de técnicas de cultura evoluídas...” (2006, p. 241, grifo nosso)*

Neste fragmento, partiremos dos pressupostos contextuais para validar o sentido que o locutor atribui à expressão “massa camponesa”. É situando-a no período da ditadura militar que nos direcionaremos. Segundo Dabat (2004), a massa camponesa foi a categoria mais explorada pelos usineiros, que os obrigavam a trabalhar na lavoura da cana-de-açúcar em condições sub humanas, e sem direitos trabalhistas. Essas atuações foram verificadas antes do golpe militar, pois durante a primeira gestão do ex-governador Miguel Arraes houve uma mobilização no sentido de minimizar tal situação, porém o governo precisaria atuar olhando a situação de ambas as partes, uma vez que esse acordo que beneficiaria os camponeses seria posto em prática pelos usineiros. Mas esses benefícios só perduraram até a explosão do golpe militar, que logo se encarregou em organizar ações repressivas contra todas as categorias que estivessem relacionadas diretamente com a massa, e entre elas estavam a “massa camponesa”. Visto isso, adentramos em nossa análise, que consiste em afirmar a relação de sinonímia existente entre POVO e “massa camponesa”, para melhor ilustrar essa relação recorreremos ao Dicionário Aurélio (1986) que conceitua POVO de: 06- *O conjunto de*

Pessoas pertencentes às classes menos favorecidas; plebe. – validando o sentido atribuído a ambas. Além disso, apresentamos no fragmento (5) segundo Courtine (1999) frisa que, há sempre um já um discurso, ou seja, o enunciável é exterior ao sujeito enunciator. É através da memória discursiva que é possível perceber a circulação de formulações anteriores. É ela que possibilita perceber, no intradiscurso, elementos do interdiscurso que aparecem resignificados.

6. ***“... No plano político, as primeiras medidas do governo foram dirigidas contra as organizações operárias, camponesas, estudantis, sindicais, visando a sua eliminação. Essa primeira ‘vassourada’ era importante tanto para o imperialismo, quanto para a burguesia brasileira. Para o imperialismo, era preciso eliminar o movimento político muito popular que tinha como base o POVO hostil à dominação estrangeira, o único na verdade capaz de derrotá-lo...” (2006, p. 243, grifo nosso)***

Partir das idéias que estruturam o sentido vocábulo POVO neste fragmento, é antes de tudo contextualizá-las num espaço temporal. Verificamos que POVO aqui está localizado num momento que compreende o regime militar justamente no período que era comum a ação dos militares contra qualquer movimento político popular. Totalmente tomado pela influência dos EUA, que representava o bloco capitalista, que a contento, tomavam para si a ideia de POVO como “inimigo” pois eram os únicos verdadeiramente capazes de derrotá-los. Além disso, atribuiu-se ao vocábulo analisado uma força política importante, capaz de preocupar a cúpula dos militares que encabeçavam o golpe, pois se fazia necessário desestruturar os movimentos populares que eram a base da força do povo. Considerando esta leitura, salientamos que POVO na apresentação do locutor sugere aproximações de sentido com a definição do Dicionário Aurélio (1986) que o conceitua como: *01- Conjunto de indivíduos que falam a mesma língua, tem costumes e hábitos idênticos, afinidades e interesses, uma história e tradições comuns.* Além disso, analisamos no fragmento (6) que segundo Orlandi (2007) reafirmamos que se a língua é vista pela ADF como uma mediação necessária entre o homem e a realidade social e cultural, e a mediação para que isso aconteça é o discurso.

7. *“... Os movimentos reivindicativos se sucederam, as manifestações de rua se ampliaram, novos dirigentes populares, mais bem preparados para a luta, por causa da dureza do regime, surgiram e se afirmaram corajosamente. A despeito do poder policial, as MASSAS BRASILEIRAS OPRIMIDAS se prepararam rapidamente para as novas formas de lutas políticas e para a contestação decisiva do imperialismo e do regime...” (2006, p. 247, grifo nosso)*

O contexto histórico-social a ser abordado para explicar o significado da expressão “massas brasileiras oprimidas” neste fragmento, teve origem em Paulo Freire, com seu trabalhos em prol das minorias desfavorecidas, que mais tarde chega ao público em forma de livro *“Pedagogia do oprimido”*, mas a opressão aqui sofrida se resume as categorias que integram as classes oprimidas. Essas ações eram encabeçadas pela milícia sob ordem do governo, - anterior ao primeiro mandato de Miguel Arraes - , e retomado com o golpe militar, nessas ações a milícia recebia ordem para por fim usando a força e armas de fogo em qualquer manifesto que fosse oriundo das “massas brasileiras oprimidas”. Vale salientar ainda que eles eram obrigados a se submeterem a todas as ordens impostas durante o regime militar. Nossa pretensão é mostrar a possibilidade de substituição de sinônimos verificados entre a expressão “massas brasileiras oprimidas” e POVO, para tanto apresentamos uma das definições localizada no Dicionário Aurélio (1986) 05 – *O conjunto de pessoas da nação, que se submetem as mesmas leis.* – convergindo com os significados de ambas.

8. *“... Os efeitos trágicos da seca de 1969-1970 – milhões de camponeses foram atingidos pela fome; dezenas de cidades e de povoados do Nordeste foram invadidos por GRUPOS de centenas ou milhares de homens, mulheres e crianças famintas – são apenas um reflexo da política fundamentalmente antinacionalistas e antipopular do regime. Ela foi incapaz de mudar ao menos um pouco o atual sistema de propriedades da terra e melhorar a sorte das massas camponesas pobres e dos assalariados agrícolas...” (2006, p. 259-260, grifo nosso)*

Da observação do vocábulo selecionado, “grupos”, neste fragmento para análise, notamos que historicamente se passa no período em que o AI-5 foi decretado, ou seja, no momento que os responsáveis pelo golpe reforçam as deliberações de seu regime de governo,

declarando como a nação deveria caminhar. Neste fragmento vemos como o regime militar tratava com descaso a situação de miséria que se encontravam esses “grupos” categorizados pelo locutor de famintos, não havia interesse em desenvolver qualquer tipo de políticas públicas em prol desses grupos uma vez que como os militares eram antipopulistas, nenhuma ação política era realizada na intenção de minimizar tal situação. Nesse contexto, o vocábulo “grupos” atua como sinônimo de povo quando o confrontamos com duas das definições encontradas no Dicionário Aurélio (1986) 06 - *Conjunto de pessoas pertencentes às classes menos favorecidas*; e ainda 08 – *Fig. Grande número; quantidade*. Dito isso, apresentamos no fragmento (8) segundo Charaudeau (2006) salientamos que o discurso político não se esgota. A política depende da ação e se inscreve constitutivamente nas relações de influência social, e a linguagem, em virtude do fenômeno de circulação dos discursos, é o que permite que se constituam espaços de discussão, de persuasão e de sedução nos quais se elaboram o pensamento e a ação política.

9. “... A extrema rigidez do sistema não tolerava nenhuma concessão às MASSAS POPULARES. Se essas concessões fossem feitas a ditadura corria o risco de ver formar-se um movimento que conduziria a ação das massas...” (2006, p. 264, grifo nosso)

Situar o materialismo histórico, ou seja, o contexto histórico e social, acerca da expressão “massas populares” neste fragmento, é imprescindível para compreendermos as possibilidades de sentidos que a citada expressão apresenta. Partindo da idéia inicial desse recorte, observamos a máxima colocada pelo regime militar no tocante “as massas populares”, revelando seu temor perante uma possível organização das mesmas. Nessa perspectiva não havia lugar para programas que os beneficiassem, pois para os militares a “massa popular” representava perigo para a nação. A manutenção dessas ações continuaram durante todo o período da ditadura. Considerando esta breve contextualização, atentamos para o uso da expressão “massas populares” em lugar de POVO como uma sinonímia como indica a definição do Dicionário Aurélio (1986) 06 – *conjunto de pessoas pertencentes às classes menos favorecida*, e também, 01 – *Conjunto de indivíduos que falam a mesma língua, têm costumes e hábitos idênticos, afinidades e interesses, uma história e tradições comuns*.

10. “... *Os grupos políticos que acreditavam na redemocratização e os que se diziam nacionalistas de direita puderam acomodar-se no regime. Mas, provavelmente, por ter sido mantidos à margem do poder, quiseram impor seu retorno à cena política, acentuando a ‘redemocratização’ ou o ‘nacionalismo’, tentando assim beneficiar-se do apoio do POVO...*” (2006, p. 264, grifo nosso)

Neste fragmento, POVO é apresentado pelo locutor como uma ‘força’, capaz de eleger, capaz de virar o jogo contra os militares, e ainda de beneficiar um candidato que estivesse pleiteando uma vaga no cenário político. Esse recorte já apresenta algumas possíveis fissuras acerca do regime militar, uma vez que é cogitado um enfrentamento em nome da redemocratização ou do nacionalismo, era o início da dinastia militar no Brasil. Como os encaminhamentos dos representantes pelo golpe, no tocante à administração pública, beneficiou apenas uma meia dúzia de favorecidos, não é de surpreender que um grupo ou grupos descontentes com essas ações recorressem a outras instâncias no sentido de enfraquecer o poder determinados por militares e delegados aos mesmos. Vale salientar ainda que POVO é visto aqui com um olhar político pois é cogitada a possibilidade de uma aliança, mesmo que desleal, com os políticos insatisfeitos, mas como indica o próprio locutor, apenas para beneficiar-se do apoio dessa citada categoria. Partindo desse contexto, podemos compreender o sentido do vocábulo POVO no discurso do locutor. Usando o Dicionário Aurélio (1986) apresentamos uma de suas conceituações: *01 – Conjunto de indivíduos que falam a mesma língua, têm costumes e hábitos idênticos, afinidades e interesses, uma história e tradições comuns.* - para complementar nosso argumento ao sentido atribuído ao vocábulo POVO. Além disso, apresentamos no fragmento (10), concordando com Charaudeau (2006) que o discurso político pode ser verificado dentro do governo, correspondendo a um desafio de ação no qual a palavra política se faz performativa para poder governar com os parceiros diversos, mas também o discurso político pode ser verificado de fora do governo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

**“a categoria povo ia desde o proletário até a burguesia industrial”
Miguel Arraes. 2006**

Não proponho uma conclusão intencionalmente voltada para as inquietações que conduziram as pesquisas dessa dissertação, mas algumas considerações que visam a dialogar com as questões levantadas acerca da análise realizada no discurso político de Miguel Arraes.

Começemos, então, pelas questões que foram suscitadas no decorrer da pesquisa, pois verificamos que o vocábulo POVO no discurso do locutor é carregada de elementos contextuais de uma época, de uma ideologia, e dos discursos de outros, o que nos atenta a reafirmar o próprio pensamento do locutor quanto o mesmo diz que “*a categoria povo ia desde o proletário até a burguesia industrial*”, de fato essa afirmação se consolida em todos os fragmentos analisados, constatando que POVO pode transitar por todas as categorias que constituem as classes sociais.

Dessa forma, temos o sentido de POVO numa perspectiva política, e para efeito de análise não podemos fechá-la num conceito, mas sim organizá-lo numa classificação social, ou seja, ao pensamento ideológico de divisão das classes sociais. Vale salientar também que o locutor verificou esse fenômeno conceitual atribuído ao vocábulo POVO ainda na época da colonização, a exemplo disso temos o primeiro fragmento na primeira etapa de análise, que mostra segundo o locutor quem eram as pessoas que constituíam o POVO.

Além disso, acrescentamos ainda a forma preconceituosa de classificação social a partir do vocábulo POVO, pois nos fragmentos analisados quando o sentido de POVO estava associado às classes desprivilegiadas sempre eram apresentadas de forma negativa, como por exemplo, na primeira etapa de análise temos no recorte 03 o vocábulo POVO relacionado à classe pobre que lutou na revolta do Maranhão; já no recorte 04 claramente percebe-se a relação de “não senhor” também voltada para a classe pobre; no fragmento 05 são exaltados a rebelião de índios e africanos escravizados pelos colonizadores; no fragmento seis temos a ascensão de um grupo burguês, mas que emergiram de uma classe pobre; no fragmento dez POVO é colocado como operários e artesãos; no recorte quinze o locutor não propõe separação de classes e apresenta o sentido do vocábulo POVO como integrante tanto da classe burguesa dominante quanto das classes desprivilegiadas.

Continuando nossa argumentação, na segunda etapa de análise temos no recorte 06 o sentido do vocábulo POVO apresentado como uma classe sem prestígio, sem força política e econômica; e no fragmento oito o locutor atenua a ideia de POVO ainda inferior às camadas pobres. Na terceira etapa de análise no recorte 03 o vocábulo POVO é apresentado como uma classe pobre que após o golpe militar passou ainda a ter menos privilégios; no recorte 06 seu sentido é apresentado pelo locutor como inimigo dos militares, pois o POVO eram os únicos capazes de derrotá-los; e no recorte dez temos o sentido de POVO apenas como suporte para apoio político.

Nesse contexto, é importante frisar que o sentido do vocábulo POVO em todos os fragmentos analisados é empregado de forma negativa, pois em todas as ocorrências o locutor apresenta POVO sempre numa condição de submissão, criando um rótulo para o vocábulo analisado e fazendo com que ele seja reconhecido apenas como integrante das classes pobres.

No decorrer da análise, do vocábulo POVO a constituição dos sentidos é carregada de ideologia numa perspectiva marxista, pois o significado do vocábulo POVO foi pensado perpassando as ideias de divisão social de trabalho, ou seja, de trabalho manual e trabalho intelectual onde predomina a palavra final da burguesia dominante aqui representada pelo trabalho intelectual, Chauí (2008).

No discurso político de Miguel Arraes, essa ideia de ideologia marxista é facilmente identificada, uma vez que nosso recorte discursivo temporal entre 1963-1968 permite essa identificação, pois o discurso analisado aborda acontecimentos que envolviam “trabalhadores da cana-de-açúcar” e os “usineiros”. Partindo desse contexto, o discurso do locutor apresenta várias situações em que os trabalhadores da cana-de-açúcar eram obrigados a submeter-se para manter seu trabalho, diante dessa situação e de várias tentativas fracassadas de reivindicação salarial e melhorias de condições de trabalho, organizam-se em sindicatos, as chamadas ligas Camponesas, para de forma organizada lutar pelos direitos dos trabalhadores do campo, pois durante muito tempo tiveram seus direitos desrespeitados, como por exemplo, não tinham um teto mínimo salarial estabelecido, a jornada de trabalho ultrapassava 12 horas diárias, não tinham moradia, sua situação financeira não permitia garantir um mínimo de alimentação para esses trabalhadores e suas famílias, colocando-os em uma situação de miséria. Em resposta aos trabalhadores do campo, os usineiros com o consentimento do governo Cid Sampaio recebiam ajuda da polícia para coagir qualquer mobilização dos trabalhadores da cana que estivessem promovendo desordem, ou seja,

mobilizações para reivindicar salários, e qualquer outro direito que estivesse relacionado ao trabalho no campo.

Partindo do pensamento do parágrafo acima onde mostramos um exemplo claro de divisão social do trabalho no discurso de Miguel Arraes, apresentamos este fragmento sobre ideologia marxista. Vejamos o que Chauí (2008, p. 24) diz a respeito:

Em sociedades divididas em classes (e também em castas), nas quais uma das classes explora e domina as outras, essas explicações ou essas idéias e representações serão produzidas e difundidas pela classe dominante para legitimar e assegurar seu poder econômico, social e político.

Concordar com a afirmação de Chauí implica em assumir uma postura em relação às questões pertinentes a concepção de ideologia. Nossa fala concordante, dialoga com a citação de Chauí no sentido de reafirmar uma idéia apresentada no discurso do locutor que exemplifica a noção de ideologia na perspectiva marxista, mas para nós as ações praticadas pela classe burguesa dominante, sem dúvida é desumana, porém, é necessário entendermos que havia uma série de fatores principalmente capitalistas e sociais que influenciaram na tomada de decisões que em nada favoreciam os trabalhadores do campo.

Além da forte presença da ideologia encontrada no discurso do locutor, vale salientar a importância da formação ideológica que nesta análise assumiu a função de juntamente com a ideologia apontar elementos para compreendermos a relação de sentidos do vocábulo POVO no discurso, e de outros vocábulos selecionados no discurso que foram empregados evitando a repetição de POVO através de uma substituição de sinônimos.

No fragmento 01(um) da terceira etapa de análise, notamos que se fazem presentes elementos indicadores de outros discursos no discurso do locutor, essenciais para compreendermos o sentido da seleção vocabular para análise deste trabalho. É importante frisar que o locutor recebeu influência de outros discursos para compor o que estava em análise, dessa forma, poderemos entendê-lo com grande riqueza de detalhes. Vejamos o recorte. Arraes (2006, p. 233)

E não é menos certo que podem ser substituídos rapidamente, se falharem. É, portanto, necessário o conhecimento político e econômico perfeito da realidade nacional e da ação imperialista, de forma a identificar pessoas e grupos que se colocaram a seu serviço.

No recorte percebemos que as informações dos discursos tanto do locutor quanto dos militares se cruzam complementando os sentidos do discurso. Neste momento a formação discursiva atua, pois ela permite relacionar-se com o discurso como também concede ao analista possibilidades de estabelecer regularidade com o mesmo (Orlandi.2007).

Dito isso, convém ainda, apresentar algumas considerações acerca das análises realizadas, no tocante a alguns teóricos, uma vez que na primeira etapa de análise no fragmento 01, nossa base teórica se apóia em Fiorin (2007) enfatizando os atos de fala e o discurso, no fragmento 04 o destaque foi para a relação da linguagem com a ideologia, no fragmento 05 tomamos como ponto importante a estrutura do discurso, no fragmento 07 tomamos como ponto importante a significação e a resignificação segundo Charaudeau (2006), no fragmento 10 usamos Orlandi para tratar da ADF interrogando a linguística pela historicidade, pelo materialismo e o simbólico, no fragmento 12 trouxemos orlandi (2007) para tratar das possibilidades de interpretação do discurso partindo do contexto social-histórico-político, no fragmento 15 trouxemos Charaudeau (2006) para analisar aspectos do discurso político.

Na segunda etapa de análise no fragmento 02 evocamos Brandão(2007) e trabalhamos o discurso numa perspectiva da língua com a história, no fragmento 05 evocamos Charaudeau (2006) e destacamos os componentes locucionais e seus atores, no fragmento 06 Fiorin (2007) falou da apropriação de outros discursos no discurso, no fragmento 07 Orlandi (2007) falou da resignificação da ideologia a partir da linguagem, e no fragmento 08 Fiorin (2007) organizou a estratégia discursiva como jogo de imagem.

Na terceira etapa da análise no fragmento 01 Brandão (2007) afirmou que analisar o discurso é mostrar as regras do jogo entre si, no fragmento 03 Fiorin (2007) destacou a linguagem junto a fenômenos sociais, no fragmento 05 Courtine (1999) frisou que há no discurso um enunciável e um enunciador, no fragmento 06 Orlandi (2007) reafirmou a mediação necessária entre o homem e a realidade social e cultural, no fragmento 08 Charaudeau (2006) salientou que o discurso político não se esgota, e no fragmento 10 Charaudeau (2006) o discurso político pode ser verificado dentro e fora do governo.

Considerando toda essa argumentação, salientamos que nossas hipóteses foram constatadas, pois verificamos que os sentidos atribuídos aos vocábulos selecionados para esse

trabalho são definidos a partir do entrelaçamento de elementos como a formação ideológica, além disso, o “eu” é sempre o locutor aqui representado por Miguel Arraes, e o “tu” será sempre o interlocutor aqui representado pelo POVO que segundo o ex-governador essa categoria “*ia desde o proletário até a burguesia industrial*”, e todos esses elementos juntos criavam efeitos que legitimavam o sentido dos vocábulos empregados no discurso.

Assim, a seleção vocabular em fragmentos do discurso político de Arraes, são elementos que materializam processos parafrásticos e polissêmicos que se constituem forças dialéticas de construção de um discurso que provoca efeitos de sentido bastante específicos do ponto de vista de um contexto imediato e histórico.

BIBLIOGRAFIAS

- ANDRADE, Pablo Francisco. **O Golpe de 64: a trajetória política de Arraes**. In. Clio: revista de Pesquisa Histórica. n. 22. Recife: Universitária – UFPE, 2004, 37 – 44.
- ARRAES, Miguel. **O Brasil, o povo e o poder**. Recife: EDUFPE, 2006.
- ARRAES, Miguel. **O jogo do poder no Brasil**. Brasília: Fundação João Mangabeira, 2006.
- ARRAES, Miguel. **Brasil a questão Nacional**. Brasília: Fundação João Mangabeira, 2006.
- ARRAES, Miguel. **A MENTIRA COMO ARMA ELEITORAL. O caso dos precatórios em Pernambuco**. Brasília: Fundação João Mangabeira, 2006.
- ARRAES, Miguel. **DISCURSO DE POSSE. 31 de Janeiro de 1963**. Brasília: Fundação João Mangabeira, 2006.
- ARRAES, Miguel. **A nova face da ditadura brasileira**. Brasília: Fundação João Mangabeira, 2006.
- ARRAES, Miguel. **A etapa atual da luta democrática e popular**. Brasília: Fundação João Mangabeira, 2006.
- ARRAES, Miguel. **A reestruturação do PSB**. Brasília: Fundação João Mangabeira, 2006.
- ARRAES, Luiz. **Tempo: o de dentro e de fora**. Recife: EDUFPE, 2006.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Entre a transparência e a opacidade. Um estudo enunciativo do sentido**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Palavras incertas. As não coincidências do dizer**. Campinas: EDITORA DA UNICAMP, 1998.
- BAKHTIN, Mikhail (VOLOCHÍNOV, V. N.). **Marxismo e filosofia da linguagem**. 11ª .ed. Trad. Michel Lahud & Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2004.
- BENVENISTE, E. **Problemas de lingüística geral I**. São Paulo: Pontes, 2002.
- BENVENISTE, E. **Problemas de lingüística geral II**. São Paulo: Pontes, 2002.
- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. **Teoria Lingüística**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BORBA, Francisco. S. **Dicionários de usos do Português do Brasil**. São Paulo: Ática, 2002.
- BRANDÃO, Helena Negamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: UNICAMP, 2007.
- BUARQUE, Cristovam. **O Brasil precisa descobrir Arraes**. In. CONTINENTE. **ARRAES. A Construção do mito**. Ano V. N.53. Recife: CEPE, 2007, 54pp.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**; Trad Fabiana Komesu e Dílson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2006.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

CLIO. **Revista de Pesquisa Histórica**. N. 22. Recife: UFPE, 2004, 366 pp.

CONTINENTE. **ARRAES. A Construção do mito**. Ano V. N.53. Recife: CEPE, 2007, 54pp.

COURTINE, Jean Jacques. **O chapéu de clémentis. Observação sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político**. In: INDURSKY, F & FERREIRA, M.C.L. (org). **Os múltiplos territórios da análise do discurso**. p. 15-22. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

DIJK, Teun A. van. **Discurso, Notícia e Ideologia. Estudo na Análise Crítica do Discurso**. Porto: Campo das Letras, 2005.

DABAT, Christine Rufino. “**Depois que Arraes entrou, fomos forros outra vez**”. **Ligas Camponesas e sindicatos de trabalhadores rurais: A luta de classes na zona canavieira de Pernambuco segundo os cortadores de cana**. In: CLIO: Revista de Pesquisa Histórica. n. 22, Recife: Universitária – UFPE, 2004, 149 – 188.

DABAT, Christine Rufino. **Moradores de Engenho**. Recife: EDUFPE, 2007.

FEITOSA, Francisco. **Série de reportagens sobre Miguel Arraes**. Brasília: Fundação João Mangabeira, 2006.

FERRAZ, Maria do Socorro. **Às vésperas do golpe militar de 1964**. In: CLIO: Revista de Pesquisa Histórica. n. 22, Recife: Universitária – UFPE, 2004, 127 – 148.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e Ideologia**. São Paulo: Ática, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 2007.

GADET, Françoise. **Por uma análise automática do discurso. Uma introdução a obra de Michel Pêcheux**. Campinas: EDUNICAMP, 1988.

HOUAISS, Antonio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IGLÉSIAS, Marcos Petrônio Fernandes. **A construção da identidade do Presidente Lula**. 2009. 120 p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

INDURSKY, Freda & FERREIRA, Maria Cristina Leandro. (Org). **MICHEL PÊCHEUX & Análise do Discurso: uma relação de nunca acabar**. São Carlos: Claraluz, 2007.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **Argumentação e Linguagem**. São Paulo: Cortez, 2004.

LINS DE ARAUJO, Gilda Maria. **O discurso do índio: subsídios para a comunicação intercultural**. Recife: Editora Universitária, da UFPE, 1997.

LOZANO, Jorge. MARÍM – Peña, Cristina. ABRIL, Gonzalo. **Análisis del discurso. Hacia una semiótica de la interacción textual**. Madrid: Catedra, 1989.

MARX & ENGELS. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2008.

MOZDZENSKI, Leonardo Pinheiro. **A CARTILHA JURÍDICA. Aspectos sócio-históricos, discursivos e multimodais**. 2006. 195 p. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

MUSSALIM, Fernanda. **Análise do Discurso**. In: MUSSALIN, Fernanda & BENTES, Anna Christina (org). **Introdução à lingüística. Domínios e fronteiras**. v. 2. São Paulo: Cortez, 2006, 101-142.

NASCIMENTO, Maria Eliza Freitas. **Sentido, memória e identidade no discurso poético de Patativa do Assaré**. 2008. 135 p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

ORLANDI, E. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, E. **Discurso e Texto. Formação e circulação de sentidos**. Campinas: Pontes, 2001.

ORLANDI, E. **Sujeito e texto**. São Paulo: EDUC, 1988.

OSAKABE, Haqira. **Argumentação e Discurso Político**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PÊCHEUX, M. **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Pontes, 1990.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso – uma crítica a afirmação do óbvio**. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

PÊCHEUX, M. **O discurso. Estrutura ou acontecimento**. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 1990.

PERFEITO, Abílio Neves Bonito, et al. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Porto - Portugal: Porto Editora, 2009.

PIRES, Carolina Leal de Lacerda. **Imagens de Pernambuco: uma análise semiolinguística do discurso publicitário turístico**. 2008. 134 p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

RIOS, Demerval Ribeiro. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Difusão Cultural do Livro, 1998.

ROCHA, Flávia Ferreira da Silva. **De 64 à redemocratização: Uma representação do governo militar por meio do sistema de transitividade em editoriais pernambucanos**. 2007. 142 p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

RODRIGUES, Siane Gois Cavalcanti. **Questões de dialogismo – o discurso científico, o eu e os outros**. 2008. 298 p. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade federal de Pernambuco, Recife.

SAMPAIO, Maria Cristina Hennes. **Democracia, cidadania e Linguagem em tempos de globalização**. Recife: PPGL / UFPE, 2005.

SKIDMORE, Thomas. **BRASIL: de Getúlio a Castelo**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

TAVARES, Cristina & MENDONÇA, Fernando. **Conversações com Arraes**. Brasília: Fundação João Mangabeira, 2007.

VERDELHO, Telmo dos Santos. **As palavras e as idéias na Revolução Liberal de 1820**. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1981.

VOGT, C. A. **Linguagem Pragmática e ideologia**. São Paulo: Hucitec, 1980.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)